



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 070

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE JUNHO DE 2008

ANO XXXIII

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Péricles de Mello*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Pastor Edson Praczyk*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### Representação Partidária

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Fernandes Litro - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 070**

### **64ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 02**

#### **Expediente:**

Ofícios ..... 03

Indicações ..... 03

Requerimentos ..... 03

Projetos de Lei ..... 07

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Dobrandino da Silva ..... 07

Dep. Dr. Batista ..... 08

Dep. Antonio Belinati ..... 09

Dep. Edgar Bueno ..... 10

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati ..... 09

Liderança do PDT

Dep. Edgar Bueno ..... 11

Liderança do PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel ..... 13

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli .... 13

Liderança da Oposição

Dep. Douglas Fabrício ..... 15

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 16

Discussão/Votação

Redação Final ..... 16

1ª Discussão ..... 17

Requerimentos ..... 21

**Encerramento da Sessão ..... 28**

### **DIÁRIO Nº 070**

### **64ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 64ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**18 DE JUNHO DE 2008**

*(quarta-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Beli-

nati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Carlos Simões, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Osmar Bertoldi e Reni Pereira (09).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Felipe Lucas e Elton Welter (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**A SRA. 2ª SECRETÁRIA**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

***Expediente:******Ofícios***

Sob o nº CTL/CC 234/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei nº 828/07, de autoria do Tribunal de Contas, por julgar as partes vetadas inconstitucionais. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/CC 235, 236 e 237/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa os Projetos de Lei nºs 843/07 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins; 136/08 do Deputado Ademar Luiz Traiano; 070/08 do Deputado Nelson Justus; 146/08 do Deputado Tadeu Veneri; 143/08 do Deputado Cleiton Kielse; 038/08 do Deputado Luiz Nishimori e 144/08 do Deputado Nelson Justus. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob nº CEE/CC 1248/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhamento para conhecimento e providências cópia do Ofício nº 233/08 e anexos, recebidos por fax da Prefeitura de Ivaiporã, a qual informa ter efetuado o pagamento referente ao principal e acessórios dos autos de intervenção do estado naquele município e envia comprovantes. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob nº CEE/CC 1221/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Marcelo Rangel, que solicita esclarecimentos sobre o último concurso público para a Polícia Militar do Estado. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob nº SEIM/GS 072/08/08 do Sr. Virgílio Moreira Filho - Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Ribas Carli Filho que solicita esclarecimentos sobre o Programa Arranjos Produtivos Locais. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 323/GS do Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Elio Rusch, que solicita esclarecimentos sobre a destinação das verbas provenientes do pagamento de tarifas de pedágio na ponte de Guaíra. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

***Indicação*****INDICAÇÃO Nº 154/08****SÚMULA:**

Sugere a inclusão do curso teórico técnico de trânsito nas grades de disciplinas das escolas públicas e privadas.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a inclusão do curso teórico técnico de trânsito nas grades de disciplinas das escolas públicas e privadas.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a inclusão do curso teórico técnico de trânsito, como atividade extracurricular, trará conhecimento inicial de trânsito ao aluno que tenha frequentado o curso, proporcionando facilitar o processo de sua primeira habilitação (CNH). A inclusão da oferta do curso teórico técnico de trânsito, nas grades de disciplinas das escolas, está na Resolução 265 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

Sala das Sessões, em 18/06/08.

(a) DR. BATISTA

***Requerimentos*****REQUERIMENTO Nº 1642**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e, após aprovação do douto Plenário, REQUER ao Sr. Governador do Estado do Paraná, a análise da eficiência do sistema de tratamento de esgoto doméstico via RALF (Reator de Leito Fluidizado), instalado no bairro Moradias Costeira, no município de Araucária - PR.

Sala das Sessões, em 18/06/08.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Reator de Leito Fluidizado - RALF está despejando o efluente não tratado em um córrego que passa ao lado do bairro, fazendo com que o mesmo espalhe mau cheiro e atraia vetores de doenças para a região atingida.

Desta forma, faz-se necessária a regularização do sistema de tratamento mencionado, em caráter de emergência.

**REQUERIMENTO Nº 1641**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de voto de pesar a família e a Comunidade Emaús pelo falecimento do professor Olien Zétola, ocorrido na data de 17/06/08 na cidade de Curitiba, Paraná.

Requer ainda, envio de cópia para a família e para a Comunidade Emaús.

Sala das Sessões, em 18/06/08.

(a) ROSANE FERREIRA

## REQUERIMENTO Nº 1646

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento de Jair Kurovski, Celia Regina Kurovski, Jaine Kurovski, Jussara Kurovski e Betina Kurovski, ocorrido em 13/06/08.

A dor e consternação se abatem sobre o município de Piên, em particular sobre a família Kurovski, e causam demasia tristeza à sociedade paranaense, pela forma trágica com que foram tiradas do convívio familiar e social, pessoas tão estimadas por todos.

Morre uma família e se enlutam tantas outras, em especial a família de Piên, pela perda de seus filhos queridos.

Perde também a política local e metropolitana, pois Jair Kurovski, no auge de seus 37 anos, ocupava uma das cadeiras da Câmara Municipal de Piên, ao lado de seu irmão, o também Vereador Wilson Kurovski, que além de seus irmãos, cunhada e sobrinha, perdeu sua filha Betina.

Perde o povo de Piên, numa tragédia sem precedentes, pessoas tão estimadas e tão presentes nos cotidianos comunitários.

É no lamento de tão pesados hora, que buscamos o conforto das palavras dos amigos para tentar tamanho sofrimento. É na fé, que buscamos socorro para continuar perseverantes; é na Justiça Divina e na Justiça dos homens que entregamos nossas súplicas para construir uma sociedade mais justa e mais humana.

O acidente, que vitimou fatalmente cinco membros da família Kurovski foi causado pela imprudência e pela inobservância da lei, fez vítimas fatais e deixa vítimas para uma vida toda. O que resta, a nós amigos, que tivemos o privilégio de conhecer tão especiais seres humanos, são lembranças e saudades.

Saudades são eternas e por certo ficará na memória do povo de Piên, não somente a lamentável forma da separação, mas sim das incontáveis oportunidades que tiveram do convívio com seus filhos, irmãos e amigos Jair Kurovski, Celia Regina Kurovski, Jaine Kurovski, Jussara Kurovski e Betina Kurovski.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a Câmara Municipal de Piên.

Sala das Sessões, em 18/06/08.

(a) FRANCISCO BÜHRER

## REQUERIMENTO Nº 1644

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Santa Isabel do Ivaí, pela comemoração, no próximo dia 02/07/08, de seus 56 anos de fundação oficial.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Clemente Aparecido de Souza, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. José do Carmo Lavagnoli bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 18/06/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

Os primeiros homens foram agricultores. Foi o seu instinto que os levou a amansar a terra, para dela tirarem o necessário para o seu sustento.

Não foram pois, as artes e as ciências que o homem dedicou os primeiros albos de sua existência e sim a agricultura. Não é sem razão, pois, que ela é tida como agricultura mãe, como é o caso do município de Santa Isabel do Ivaí, onde a agricultura produz a matéria prima que a indústria consome, razão pela qual uma grande indústria necessita ter a condicioná-la uma agricultura orientada pela técnica e pela ciência.

Com efeito, quantas não são as indústrias nos tempos modernos, que lhe são tributárias e quantas não têm por fim auxiliá-la, para seu rendimento maior?

Explorar a terra, cultivar as árvores e os cereais, desenvolver a pecuária e concorrer para a satisfação das mais prementes necessidades de toda a população de Santa Isabel do Ivaí que no próximo dia 02/06/08, estará comemorando seus 56 anos de fundação oficial.

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal Clemente Aparecido de Souza, o Sr. Vice-Prefeito José do Carmo Lavagnoli e os Srs. Vereadores detêm a flagrante importância que todos detêm, referendada pela população. O contato que diuturnamente, o Prefeito, o Vice-Prefeito e todos os Vereadores exercitam junto ao povo faz dos mesmos destacados e genuínos intérpretes dos mais legítimos anseios e interesses do cidadão perante as autoridades municipais.

Conhecer de perto, no dia-a-dia, os hábitos, os costumes, as tradições e, principalmente as aspirações de uma determinada coletividade, retempera o espírito, aguça os mais legítimos sentimentos de solidariedade e humanismo.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às manifestações de júbilo das autoridades e do povo em geral, de Santa Isabel do Ivaí, pela comemoração de seus 56 anos.

## REQUERIMENTO Nº 1645

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Clevelândia pela comemoração, no próximo dia 28/06/08, de seus 116 anos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vanderlei Luiz Spinelli Valério, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Roberto Reistoersfer, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Clevelândia.

Sala das Sessões, em 18/06/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Clevelândia, cidade hospitaleira que tem sob o seu comando o Prefeito Vanderlei Luiz Spinelli Valério, o Vice-Prefeito Roberto Reistoersfer e sua valorosa equipe de trabalho, que merecem nosso respeito e admiração pela capacidade com que vêm resolvendo os problemas surgidos e, conquistando assim, a total confiança de seus munícipes.

A nossa Clevelândia estará, no próximo dia 28/06/08, comemorando a passagem de seus 116 anos, que serão festejados por toda a população, com muita alegria.

O município é a célula da nação. É onde a população vive, portanto, é onde o Poder Público deve se materializar para promover o bem estar.

A história da representação municipal evoluiu junto com a história do Brasil como país independente. Devemos aperfeiçoar o funcionamento das Câmaras Municipais, tornando o Regimento Interno mais claro e mais transparente o trâmite das matérias, dando celeridade ao processo legislativo, facilitando a atuação dos Srs. Vereadores para o progresso do município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, sente-se honrado em parabenizar toda a população clevelandense pelo transcurso da significativa data comemorativa aos 116 anos.

#### REQUERIMENTO Nº 1635

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao Lions Clube de Toledo, pela comemoração de 50 anos de fundação.

Trata-se de um clube de serviço, cujos sócios fundadores e todos os seus integrantes que dele participaram e participam seguiram e seguem à risca o seu lema: "Nós servimos". Sendo o clube e seus sócios merecedores de todas as homenagens, pelos relevantes serviços prestados em favor da comunidade e do crescimento e desenvolvimento do município de Toledo. A Assembléia Legislativa, o estado do Paraná e o município tem o dever de render, permanentemente, a mais profunda reverência atributos de gratidão ao Lions Clube de Toledo.

Requer ainda, seja oficiado o Lions Clube de Toledo, na pessoa de seu atual Presidente Sr. Osmar Ruschel e Presidente a ser empossado em data de 21/06/08, Sr. Sérgio Sória.

Sala das Sessões, em 18/06/08.

(a) DUÍLIO GENARI

#### REQUERIMENTO Nº 1647

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao professor Dr. João José Bigarella.

Sala das Sessões, em 18/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

#### JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Professor João José Bigarella, que ao longo dos anos demonstrou imensa dedicação à geologia e à defesa ambiental.

João José Bigarella formou-se em Ciências Químicas, Química Industrial e Engenharia Química. Dentre suas importantes colaborações estão a implantação de cursos de pós-graduação nas Universidades Federais de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. É bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científica e Tecnológico (CNPq) e membro da Academia Brasileira de Ciências e da Academia Latino-Americana de Ciências.

No que diz respeito à sua via científica, além de importantes pesquisas, já publicou 212 trabalhos no Brasil e no exterior.

#### REQUERIMENTO Nº 1636

Senhor Presidente:

Os Deputados subscritores do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, depois de ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião, para atendimento às solicitações de contratação de servidores ofertados no concurso público normatizado pelo Edital nº 003/04 para assumirem cargos junto às Secretarias Regionais do estado em Ponta Grossa, como segue:

Secretarias Regionais do Estado solicitantes:

3ª Regional de Saúde de Ponta Grossa - Solicita a possibilidade de convocação de mais 30 auxiliares administrativos. As vagas ofertadas pelo concurso público são para a Unidade de Regulação de Leitos - URL/3ª. RS;

Subdivisão Policial de Ponta Grossa - Solicita designar para a 13ª SDP, 10 auxiliares administrativos, com objetivo de dar apoio ao quadro de servidores;

Escritório Regional de Ponta Grossa (Secretaria de Trabalho, Emprego e Promoção Social) - Solicita a convocação de 10 servidores administrativos;

Núcleo Regional de Ponta Grossa (SEAP) - Solicitam contratação de servidores para os seguintes cargos:

2 (dois) auxiliares administrativos (Chefia e Área Administrativa);

1 (um) auxiliar administrativo para o DERAL;

1 (um) auxiliar administrativo para DSV/DFI;

1 (um) auxiliar administrativo para Supervisão;

1 (um) auxiliar administrativo para a Unid. Vet. de Ponta Grossa;

1 (um) auxiliar administrativo para a Unid. Vet. de Sengés;

1 (um) auxiliar administrativo para a Unid. Vet. de Reserva;

1 (um) auxiliar administrativo para a Unid. Vet. de Castro;

1 (um) auxiliar administrativo para a Unid. Vet. de Arapoti;

Escritório Regional da COHAPAR/Ponta Grossa - Solicita a convocação de um servidor administrativo.

Sala das Sessões, em 18/06/08.

(aa) PÉRICLES DE MELLO, JOCELITO CANTO E CAÍTO QUINTANA.

#### JUSTIFICATIVA:

Todas as solicitações se justificam pela necessidade urgente das Secretarias Regionais supracitadas ampliarem o quadro de servidores com o objetivo de melhorar o atendimento nas áreas administrativas, que se encontram insuficientes. Pede-se, dessa forma, a publicação de um novo edital de convocação para os referidos cargos, que se encontram em aberto, conforme concurso público normatizado pelo Edital nº 003/04.

#### REQUERIMENTO Nº 1637

Senhor Presidente:

Os Deputados subscritores do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, depois de ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício a Exma. Sr. Secretária de Estado da Administração e da Previdência Maria Marta Renner Weber Lunardon, para atendimento às solicitações de contratação de servidores ofertados no concurso público normatizado pelo Edital nº 003/04 para assumirem cargos junto às Secretarias Regionais do estado em Ponta Grossa, como segue:

Secretarias Regionais do Estado solicitantes:

3ª Regional de Saúde de Ponta Grossa - Solicita a possibilidade de convocação de mais 30 auxiliares administrativos. As vagas ofertadas pelo concurso público são para a Unidade de Regulação de Leitos - URL/3ª. RS;

Subdivisão Policial de Ponta Grossa - Solicita designar para a 13ª SDP, 10 auxiliares administrativos, com objetivo de dar apoio ao quadro de servidores;

Escritório Regional de Ponta Grossa (Secretaria de Trabalho, Emprego e Promoção Social) - Solicita a convocação de 10 servidores administrativos;

Núcleo Regional de Ponta Grossa (SEAP) - Solicitam contratação de servidores para os seguintes cargos:

2 (dois) auxiliares administrativos (Chefia e Área Administrativa);

1 (um) auxiliar administrativo para o DERAL;

1 (um) auxiliar administrativo para DSV/DFI;

1 (um) auxiliar administrativo para Supervisão;

1 (um) auxiliar administrativo para a Unid. Vet. de Ponta Grossa;

1 (um) auxiliar administrativo para a Unid. Vet. de Sengés;

1 (um) auxiliar administrativo para a Unid. Vet. de Reserva;

1 (um) auxiliar administrativo para a Unid. Vet. de Castro;

1 (um) auxiliar administrativo para a Unid. Vet. de Arapoti;

Escritório Regional da COHAPAR/Ponta Grossa - Solicita a convocação de um servidor administrativo.

Sala das Sessões, em 18/06/08.

(aa) PÉRICLES DE MELLO, JOCELITO CANTO E CAÍTO QUINTANA.

#### JUSTIFICATIVA:

Todas as solicitações se justificam pela necessidade urgente das Secretarias Regionais supracitadas ampliarem o quadro de servidores com o objetivo de melhorar o atendimento nas áreas administrativas, que se encontram insuficientes. Pede-se, dessa forma, a publicação de um novo edital de convocação para os referidos cargos, que se encontram em aberto, conforme concurso público normatizado pelo Edital nº 003/04.

#### REQUERIMENTO Nº 1638

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Alto, que pedem policiamento ostensivo na rua Alberico Flores Bueno, esquina com o Rio Tietê, onde existem 03 (três) casas abandonadas, sem portas e janelas, as quais estão servindo de encontro de desocupados e usuários de drogas, que assaltam as pessoas que trafegam nas proximidades. A situação é crítica e a falta de segurança tem ocasionado muitos problemas para a comunidade, motivo pelo qual solicitamos urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 18/06/08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1639

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, seja endereçado expediente ao Sr. Secretário de Saúde do Governo do Paraná, Dr. Gilberto Martin, solicitando que o mesmo determine, urgentemente, o envio para a regional de Saúde de Londrina, de Tiras-Teste, utilizada para medir a glicemia dos diabéticos.

Desde de janeiro último que não existe esse material em Londrina e, sua falta, vem acarretando sérios transtornos para os enfermos das camadas de baixa renda, daí a necessidade de serem tomadas todas as providências visando sanar o grave problema, levando-se em conta o seu alto custo no mercado e sua importância para os enfermos.

Sala das Sessões, em 18/06/08.

(a) ANTONIO BELINATI

## ***Projetos de Lei***

PROJETO DE LEI Nº 275/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º No DETRAN e no Instituto de Identificação do Paraná o horário de atendimento ao público será das 08h as 17h, de segunda à sexta-feira.

Art. 2º O atendimento a que se refere o artigo anterior será sem interrupção, ou seja, ocorrerá, também, dentro do período que tradicionalmente se considera como hora do almoço.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18/06/08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### **JUSTIFICATIVA:**

A imprensa tem mostrado, constantemente, os aborrecimentos que os contribuintes sofrem quando necessitam tirar Carteira de Habilitação ou Carteira de Identidade. O mesmo ocorre em caso de precisar requerer 2ª via ou outros documentos fornecidos pelo DETRAN ou pelo Instituto de Identificação. Grande parte desses problemas tem origem no pouco horário reservado para atendimento aos cidadãos. A aprovação do presente projeto pode eliminar grande parte dos constrangimentos dos cidadãos paranaenses, com a redução do tempo de permanência nas filas de espera.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Esta presidência gostaria de lembrar aos Srs. Deputados, que teremos hoje duas Sessões Ordinárias, duas Ordens do Dia, com duas pautas distintas. Portanto, teremos da mesma maneira as inscrições no Pequeno, Grande e Horário das Lideranças, das duas Sessões.

### ***Pequeno Expediente:***

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Dobrandino Gustavo da Silva.

### ***Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)***

#### **O SR. DOBRANDINO DA SILVA**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna e o comentário que faço é sobre a situação política no município de Foz do Iguaçu. V. Exas. têm acompanhado e neste período tenho procurado ficar o mais distante possível de comentários que ocorrem, na verdade, na Prefeitura de Foz do Iguaçu.

Mas, hoje estava lendo o jornal, o Estado do Paraná, e aparece uma declaração e a fotografia atual, Sr.

Paulo Mac Donald Ghisi, que não posso deixar de comentar este assunto. Embora o respeito que tenho pelos Deputados do PDT em Foz, meu amigo Deputado Augustinho Zucchi, Edgar Bueno, grande Líder e amigo de muito tempo, Deputado Luiz Carlos Martins, mas não posso deixar passar em branco, sem comentar este episódio de Foz do Iguaçu.

Todos lembram que há quatro anos atrás os Deputados Reni Pereira, Chico Noroeste, comentavam aqui na Casa quando de um acordo partidário em Foz do Iguaçu, 18 partidos se uniram, chamado de Frente Cidade Unida, apoiando na época o candidato a Prefeito Paulo Mac Donald Ghisi e hoje Prefeito da cidade.

Dali para cá, ganharam a eleição, o acordo que fizeram deu a vitória ao candidato a Prefeito do PDT, Paulo Mac Donald Ghisi, junto com os demais partidos. E já sabíamos, dificilmente este acordo seria bom para a cidade. Como foi bom ganhar a eleição, tudo bem. Mas, para a cidade... Realmente, por um percentual bem pequeno ganharam a eleição e assumiram e aí começou a discórdia dentro da própria Frente Cidade Unida.

Com tudo o que aconteceu nestes três anos e meio é a segunda vez que venho comentar na tribuna das denúncias em Foz do Iguaçu, do que ocorreu nestes partidos todos. E a chamada “Frentona” claro que rachou e foi um desastre. E começou uma briga dentro desta “Frentona”, tanto é que esta denúncia, foi lido ontem na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu um pedido, uma denúncia pedindo a abertura de um processo de cassação ou de afastamento do Prefeito Municipal. Isso é até normal, mas quem entrou com a denúncia?

Foi o ex-Secretário do atual Prefeito, que fazia parte da “Frentona”, que ocupou um cargo de Secretário da Prefeitura e saiu, foi mandado embora ou pediu a conta, e esse Secretário fez uma denúncia gravíssima, embora eu lamente dizer que é muito grande o número de denúncias em Foz do Iguaçu e V. Exas. vão saber no futuro, porque isso não vai ficar parado, porque, como diz o ditado, a Justiça tarda, mas não falha. São denúncias de desvio e corrupção de toda ordem, as quais temos procurado ficar fora. Mas, essa denúncia agora, o Sr. Prefeito declara de um golpe da Oposição e quero dizer que isso não é verdade, mas é uma briga da chamada “Frentona”, onde fizeram um acordo entre 18 partidos e brigaram - e aqui quando ele se refere a adversários, ele se refere ao PMDB e não somos, mas é a própria “Frentona” dos partidos que se uniram para ganhar a eleição, brigaram e hoje estão denunciando os desmandos na Prefeitura. Isso é tão evidente que o Prefeito ficou literalmente sozinho. Para ver a gravidade política que estamos em Foz do Iguaçu, o próprio Prefeito, que é candidato à reeleição, dentro do seu partido tem um candidato concorrendo com ele, porque não concorda mais com ele - registrou a candidatura, para vocês verem a gravidade política que temos em Foz.

Então, na verdade, quero registrar no plenário da Casa que o Prefeito, fiquei sabendo hoje, foi à Delegacia dizendo que está ameaçado de morte. Ora, quer sair disso como vítima, sendo que está literalmente desmoralizado diante da Prefeitura de Foz do Iguaçu, tanto é que são enormes denúncias de corrupção e ele, querendo desviar o foco da atenção, vem dizer que está sendo ameaçado de morte lá em Foz. Olha, não digo que querem matá-lo, mas quem tem muita raiva dele são os eleitores que votaram nele, mas não procede essa denúncia. É um mau-caratismo enorme dizer que querem matar o Prefeito pelo seu fracasso diante da administração. E tem lá partidos que o apoiaram, partidos de formação importantíssima, partidos sérios que o apoiaram e estiveram juntos nos primeiros momentos, não agüentaram, saíram fora, rachou a “Frentona” e hoje o município de Foz do Iguaçu se encontra em uma situação difícil, tanto é que a Prefeitura está tão quebrada que em muitos setores os funcionários têm que levar material de expediente de casa, como até papel higiênico não tem na Prefeitura. É uma situação, na verdade, de insolvência, de falência da Prefeitura de Foz. Os recursos que vêm do Governo Federal e do Governo Estadual votam todos para trás, porque o Prefeito não tem a contrapartida e não tem sequer a certidão negativa para poder assinar os convênios, sendo isso em um orçamento de quase R\$ 30 milhões por mês e o Prefeito realmente quebrou a Prefeitura de Foz do Iguaçu e agora vem com esse mau-caratismo, essa forma cínica de dizer que o estão ameaçando de morte, para mudar o foco da questão.

Então, lamentamos isso! Foz do Iguaçu é uma cidade que tem um nome nacional e internacionalmente reconhecido e hoje a cidade está tomada pelos buracos, não tem ação de Governo da Prefeitura, o mato tomou conta e vemos a cidade exposta a esse vexame pelo Brasil afora, dos turistas que vêm a situação que está Foz pelos desmandos da Prefeitura. Lamento, na verdade, uma cidade que tem um poder econômico fortíssimo, e hoje se encontra nesse total abandono. E agora, o que nós aguardamos? Esse ano tem eleição e a democracia tem essa vantagem. Na verdade, ela dá oportunidade de colocar o cidadão num cargo, por exemplo, como Prefeito ou Vereador, e ao final dos quatro anos tem o poder de tirar, porque assim é a democracia. E sei que o julgamento final agora do nosso Prefeito vai ser no dia 5 de outubro, e é lamentável eu ter que vir aqui na tribuna, porque luto pela cidade desde o meu mandato de Vereador, de Prefeito, sempre estive trabalhando por Foz do Iguaçu, e eu vejo a situação constrangedora que se encontra hoje a Prefeitura de Foz do Iguaçu.

Então, queremos deixar registrado na tribuna da Assembléia que a situação, hoje, na verdade, denúncias de corrupção são muitas na Prefeitura. São centenas e centenas de denúncias no Ministério Público feitas por Vereadores, pelas pessoas da cidade, e está sendo investigado pelo Ministério Público, pelos Vereadores, tem Delegado especial cuidando dessas denúncias. E eu estou fazendo um requerimento hoje pedindo ao Governo do

Estado que envie um Delegado especial para Foz do Iguaçu e ao Ministério Público, que envie um Promotor especial para cuidar dessas denúncias. O que não pode é pairar, ficar no ar essas denúncias de corrupção, e quem perde com isso é a comunidade de Foz do Iguaçu. Então, lamento ter que fazer essas denúncias, é grave a situação do município de Foz nas mãos do atual Prefeito.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Dr. Batista.

### ***Deputado Dr. Batista (PMN)***

O SR. DR. BATISTA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores que nos visitam, alunos do Colégio Estadual Wilian Made, de Cornélio Procópio, é um prazer tê-los aqui.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna muito feliz com o projeto que está na pauta de hoje, um projeto de nossa autoria, o ensinamento, o aprendizado de jogos de xadrez nas escolas públicas. Veja bem, vendo a reportagem dos finais de semana, o estado do Rio de Janeiro já pratica em todas as escolas esse projeto, e nós vemos que os alunos realmente que praticam o jogo de xadrez nas escolas têm um poder de concentração muito grande, uma capacidade para memorizar. E com esses jogos eles aprendem a ganhar, aprendem a perder, e isso depende de um pensamento muito rápido para que eles possam, realmente, tomar uma decisão para saber se vão ganhar ou vão perder.

Quando apresentei esse projeto na CCJ, que foi aprovado, teve algumas restrições, às vezes até pelo nosso Líder do Governo, Deputado Romanelli, que dizia que pode levar algum ônus para o estado. Não leva nenhum ônus, Deputado Romanelli. Digo ao senhor, isso só vai trazer benefício, porque com isso os alunos vão aprender mais, vão ter capacidade muito rápida de raciocínio. Eu fazendo outro dia um discurso aqui nesta mesma tribuna, chegando no meu gabinete tinha dezenas de e-mails de familiares aqui de Curitiba.

Um dos e-mails era de uma senhora e dizia: “O meu filho começou a jogar xadrez com um ano de idade. Hoje tem 11 anos e é o 3º maior jogador de xadrez da capital curitibana.” Aí eu perguntei: como ele vai nas outras matérias? Ela disse que é o 1º aluno da classe.

Sem causar ônus para o estado, apenas um estímulo para os alunos. Fazer convênios com as escolas privadas para promoção de campeonatos de xadrez. Vamos atrás de recursos para ajudar essas crianças a desenvolver o raciocínio. Conversando com o Deputado Edgar Bueno, ele me falou que já implantou esse projeto. E teve um grande sucesso lá em Cascavel. Haja vista que hoje é um dos mais cotados para voltar a ser Prefeito daquela cidade. Deputado Edgar Bueno, parabéns V. Exa.

Com a votação, com certeza, unânime dos nobres Pares, conseguiremos aprovação desse projeto. Esses alu-



nos que estão nos visitando, lá de Cornélio Procopio, aprendendo com isso, com certeza aqui está o futuro do nosso país.

E o Governador Roberto Requião sancionará, porque na última terça-feira, na “escolinha”, ele mostrou que o Paraná, através do seu ensino fundamental e médio, atingiu o máximo no país. Nos países desenvolvidos o índice chega a seis. E o Paraná chegou em torno de cinco. Com isso o nosso estado está na frente no ensino fundamental e no ensino médio.

Então, com o aprendizado do ensino de xadrez fará com que o nosso estado, brevemente, seja comparado a um estado de Primeiro Mundo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

### ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos entrando com um projeto hoje e esperamos a aprovação por parte dos Srs. Deputados, estabelecendo o horário mínimo de funcionamento do DETRAN e do Instituto de Identificação do Paraná até às 5h, todos os dias. Nada de continuar essa situação crítica, com tanta gente na fila madrugando, esperando às vezes um mês, dois meses, para requerer a sua carteira de motorista, de habilitação ou RG. Se a repartição funcionar até às 5h da tarde e não apenas até às 2h da tarde, acho que grande parte do problema poderá ser sanado.

Já que o Governo não tomou nenhuma providência para mandar o DETRAN e o Instituto de Identificação atenderem ao usuário, ao contribuinte, pelo menos até às 5h da tarde, tomamos a liberdade de elaborar esse projeto para estabelecer o horário. É uma vergonha, um absurdo o DETRAN e o Instituto de Identificação fecharem o atendimento ao público às 2h da tarde. No mínimo o atendimento tem que ser até às 5h da tarde, todos os dias, sem interrupção, conforme estabelece o projeto que encaminhamos a pouco à presidência desta Casa.

O meu projeto não é inconstitucional. Ele vem atender ao anseio, a uma aflição dos nossos contribuintes, dos usuários, do povo paranaense que lamentavelmente tem enfrentado os horrores de filas enormes no DETRAN e no Instituto de Identificação. Porque os dois órgãos operam atendendo ao público apenas até às 2h da tarde.

Queira Deus que os nobres entendam a importância do nosso projeto e o aprovem em respeito ao povo que nos elegeu, que nos mandou para esta Casa, eu e todos os demais colegas. Porque se estamos aqui como Deputados, temos que agradecer sempre o nosso bom povo paranaense. Como é que agradecemos o povo? Trabalhando, apresentando às vezes projetos simples, “feijão com arroz” como o nosso, estabelecendo que DETRAN e Instituto de

Identificação têm que parar com esse sistema arcaico de atender o povo apenas até às 2h da tarde. Tomara que o meu projeto seja aprovado, porque vai desafogar muito essa fila, que vai andar bem mais depressa. Os paranaenses haverão de ser atendidos com mais rapidez, para tirar a sua habilitação, ou o seu RG, ou até mesmo a 2ª via desses importantes documentos.

Apelo ao Líder do Governo que aprove um requerimento junto aos demais Pares, que é dirigido a um grande homem, uma grande figura humana, que é o Secretário de Saúde do Paraná, Gilberto Martin, que conhecemos há muitos anos, inclusive por sua passagem brilhante como Prefeito da cidade de Cambé, município ao lado da minha querida Londrina. Dr. Martin que respeitamos, estamos fazendo um apelo.

Há pouco recebi telefonema do jornalista Cordeiro, de Londrina, homem de família muito tradicional e pioneira. Ele me relatava o drama que os doentes de diabetes estão passando na minha cidade de Londrina e região metropolitana. Os portadores de diabetes estão procurando a Regional de Saúde, para obter gratuitamente o material chamado tiras-teste, para medir a glicemia dos diabéticos.

Meu Deus do céu, o Paraná é um estado tão rico. Srs. Parlamentares, desde o mês de janeiro - já passamos a metade do mês de junho, a Regional de Saúde de Londrina não tem esse material chamado tiras-teste, para medir a glicemia dos doentes portadores de diabetes. Agora, tem portador da doença que é rico ou tem um poder aquisitivo até razoável e que pode, sim, chegar até a farmácia e comprar esse aparelho para fazer a medição, para ver como anda a evolução da sua diabetes. Mas e quem é da camada de baixa renda, quem é pobre? No nosso gabinete telefonaram para as farmácias e dependendo do tipo de aparelho, uma caixa com 50 unidades custa R\$ 96; uma caixa, dependendo do tipo, pode custar R\$ 128. Imaginem os senhores, quem sofre de diabetes se vai ter dinheiro todo mês para comprar um material desses. Vai morrer, vai se agravar.

Então, é lamentável ter uma licitação para a compra desse material, para Londrina, e uma empresa que participou e perdeu, acabou contestando o resultado. Mas isso não justifica que um material tão importante para os diabéticos esteja em falta na Regional de Saúde de Londrina há seis meses. Londrina, uma das cidades mais pujantes do Brasil e do mundo, não é só porque a cidade é grande, a nossa postura cabe também aos pequenos municípios do Paraná. Temos que cuidar bem da saúde do povo, do paciente da capital, de Londrina, Maringá, Cambé, de todos os municípios e cantos do Brasil e do mundo.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PP***

Meus senhores, o Paraná, um estado que arrecada tanto, não pode continuar nesta situação vexatória. Isso é até uma falta de respeito, uma falta de consideração da

autoridade competente, porque não se pode deixar faltar nem medicamento, nem material utilizado por doentes. Temos que zelar, com amor e respeito, da saúde do rico, do milionário. Cuidem bem da saúde de Antonio Ermírio de Moraes, de Abílio Diniz e vamos cuidar bem do povo da classe média, do povo de baixa renda, da população pobre do nosso estado.

Está aí, Presidente, o nosso apelo. O Secretário da Saúde é um homem humanitário, que tenho profundo respeito e quero acreditar inclusive que não haja nenhuma responsabilidade do Secretário Gilberto Martins. Mas não tenho dúvidas que, ao tomar conhecimento do nosso pronunciamento, conhecendo a capacidade do Dr. Gilberto Martin, que ele vai fazer a remessa urgente desse material chamado tiras-teste, que é para medir a glicemia dos diabéticos. Não tenho dúvidas que ele vai pegar de uma outra Regional de Saúde onde tenha esse material disponível, para acudir Londrina. Quando tiver um medicamento para a área de saúde que tiver disponível em Londrina, que tiver que socorrer outra região do Paraná, vamos pegar de Londrina e levar para Cornélio Procopio, de onde vieram para acompanhar os trabalhos desta Casa. Mas, não podemos deixar ninguém morrer num estado rico. Faz-se tanta propaganda que aqui está tudo dando certo.

Não torcemos pelo fracasso de nossas autoridades, torcemos pelo sucesso do nosso Paraná, mas não podemos admitir a falta de material tão importante para a saúde dos diabéticos de Londrina.

Por isso, Sr. Presidente, nós fazemos este apelo, mesmo ao Governador Requião e ao Secretário Gilberto Martin, vamos encaminhar com urgência, se possível ainda hoje, este material, porque os diabéticos da minha cidade de Londrina estão ansiosos, desesperados, angustiados pelo alto preço desse material que é tão necessário para medir a glicemia dos diabéticos, material que vai de R\$ 96 a R\$ 128 a caixa e tem que estar disponível absolutamente de graça também para quem não pode, para quem não tem poder aquisitivo, na Regional de Saúde de Londrina.

É este, Sr. Presidente, o apelo que nós fazemos nesta tarde.

E terminando, lemos com tristeza na nossa imprensa que o Governo da Espanha, num ato de desrespeito ao Brasil, vai pagar os imigrantes brasileiros para saírem de lá da Espanha, irem embora da Espanha.

Deputado Dobrandino, tratamos tão bem os espanhóis. Eu tenho parentes espanhóis. Tive um cunhado falecido há pouco tempo, sangue espanhol. O Brasil sempre tratou com amor os espanhóis. Começaram com a palhaçada de boicotar, de criar problemas com os brasileiros já na chegada nos aeroportos da Espanha e agora estou vendo que o Governo da Espanha, está estudando uma medida para pagar cada brasileiro imigrante na Espanha para arrumar a trouxa, arrumar a mala, embarcar no avião e baixar em outro centro.

Eu acho que isto é uma falta de consideração da Espanha, país que sempre teve um relacionamento tão

cordial e tão fraternal com o Brasil, querer dar um chute no bumbum dos brasileiros. Praticamente estão enxotando os brasileiros: “Vão embora”. Não, não é assim que se resolve um problema.

Aliás, para Deus este planeta Terra é uma pátria só. Os políticos, as autoridades é que diferenciaram. Você é brasileiro, não é daqui, porque aqui é outro país. Você é de outro país, também não entra aqui. Isto não é obra de Deus. É coisa materialista. É coisa do homem, do homem que aqui está, muitas vezes contrariando e afrontando as leis de Deus.

Mas, neste momento não vamos discutir a parte de Deus, a parte religiosa, vamos discutir apenas a falta de absoluta consideração, a falta de absoluto respeito por parte do Governo da Espanha, que deliberou pagar quase que com uma indenização para cada brasileiro arrumar a trouxinha e zarpar, sumiu do território espanhol.

Não vamos pregar aqui que se dê o troco nos espanhóis, porque o povo não tem culpa de determinadas medidas que o Governo toma, mas vamos continuar esperando com expectativa que o 1º Ministro da Espanha, Sr. Sapatero, ele reformule esta sua decisão e determine que todos os escalões do seu Governo espanhol, tratem com o respeito devido que cada brasileiro é merecedor.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Edgar Bueno com a palavra.

### ***Deputado Edgar Bueno (PDT)***

O SR. EDGAR BUENO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, na verdade, justificando aqui, ontem quando fazia um pronunciamento com referência a questão da SANEPAR, da PEC que foi votada ontem, acabei tendo um problema aqui e não consegui terminar.

Mas hoje, Dr. Batista, por recomendação sua, trago o chazinho quente que se realmente tivermos problemas, vamos nos recuperar e conseguir transmitir aqui o nosso raciocínio.

Quero cumprimentar o Dr. Batista pelo belo projeto com referência ao xadrez nas escolas. Isto realmente aconteceu em Cascavel a nível municipal, implantamos, funciona muito bem e é uma matéria que tem trazido o desenvolvimento da própria criança, no pensar, no discernir, na capacidade do raciocínio. Parabéns pelo seu projeto e logicamente terá o nosso apoio.

Gostaria de falar na questão de Foz do Iguaçu. O Deputado Dobrandino agora há pouco se manifestou, preocupado com o que está acontecendo em Foz do Iguaçu. Não quero travar aqui um debate com o Deputado Dobrandino, até porque tenho muito respeito por ele e ele tem se portado aqui na Assembléia Legislativa de maneira exemplar, mas como o Dobrandino se posicionou, claro que é meu dever mostrar um pouco do contraditório, do que está acontecendo em Foz do Iguaçu.

É verdade que, politicamente, o Paulo Mac Donald acabou se elegendo com um grande número de partidos e isso se tornou um problema. Muitos dos principais assessores que eram Secretários anteriormente hoje se tornaram os piores inimigos do Mac Donald. É verdade que o Dobrandino falou, a briga é interna, mas é verdade também que o Paulo Mac Donald tem dirigido aquele município com a maior transparência, tem dirigido aquele município com a maior seriedade. Não se preocupa, e quando estive lá, por um ano e três meses, vi as atitudes do Prefeito Paulo Mac Donald, negociava os interesses do município com as portas abertas. Isso é difícil de se encontrar hoje! E ele fazia isso!

Começamos a raciocinar, o que aconteceu com a Educação? Valorizou os professores, construiu novas escolas, construiu aqueles centros de convivência, construiu grandes ginásios de esportes para que tenha três grandes canchas de esportes disponíveis para os estudantes, construiu piscinas semi-olímpicas, piscina infantil, então foi uma verdadeira revolução. Gostaria de salientar isso.

O que aconteceu também na Saúde quando ele reformou a maioria dos postos de saúde? Não reformou, ele transformou! Criou salas de ambiente para que as pessoas fiquem esperando, colocou ar condicionado, as pessoas têm outro tratamento hoje nos postos de saúde! Além da reforma que fez em quase todos os postos de saúde, ele também construiu novos e grandes postos de saúde. Dá orgulho para qualquer pessoa que more em Foz do Iguaçu estes postos de saúde. Construiu em Foz do Iguaçu também um grande hospital, um hospital para quase 400 leitos, 375 leitos e todos os senhores sabem do problema, hoje, de investimento na Saúde, está se investindo quase 30% e não resolve toda demanda! É muito difícil, hoje, todo município, todo estado resolver o problema de Saúde e o Paulo Mac Donald, pela sua competência administrativa, pela sua capacidade de gerenciar obras, de fazer a coisa andar, tem feito um mandato que realmente orgulha a todos nós, orgulha a população de Foz do Iguaçu. Mas é necessário também salientar que ele reformou os PAMs, que são da Saúde, também para atender as pessoas 24 horas, quatro PAMs.

O Paulo Mac Donald teve uma queda na sua arrecadação de ICMS que caiu 25 milhões, comparando o ano de 2004 com o de 2007.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PDT***

Uma queda extraordinária. Ele teve uma queda total também com referência aos royalties da Itaipu, por quê? Porque houve uma mudança cambial. Este câmbio, quando ele assumiu, era R\$ 2 e poucos, hoje está 1,60, 1,70, então ele teve mais de 10 milhões de queda.

Outras questão que tem que ser considerada hoje, pela escassez de recursos de Foz do Iguaçu, porque ele recebeu uma multa de Governos anteriores, assim como os Governos anteriores não tinham a responsabilidade

fiscal pela frente e deixaram, ao longo dos anos, isso acontecer em Cascavel, com o ex-Deputado Tolentino, com o ex-Prefeito Salazar, deixaram e foi acontecendo, quando o município depois teve que arcar com uma multa muito grande, e Foz do Iguaçu arcou com uma multa, nada menos que 33 milhões do INSS.

Teve que pagar a Previdência do funcionalismo público, teve que adiantar 7 milhões e meio, além de repassar todo mês a quantia devida, que deve ser repassada. Teve também uma multa do PASEP, de mais de 10 milhões. Algumas ele renegociou, outras ele pagou, mas isso além da queda, previsão da arrecadação, ele teve sérios problemas para cumprir com essas multas.

O Paulo Mac Donald faz administrativamente uma administração extraordinária, uma administração realmente boa, limpa, transparente. Ele realmente tem alguns problemas políticos, mas tem muita futrica, Deputado Dobrandino. Acho que uma cidade daquele porte, da projeção que tem no estado do Paraná, não poderia se prender às futricas de intrigas políticas e, principalmente, intrigas políticas.

Na verdade, há uma tentativa de desestabilizar o Prefeito Paulo Mac Donald porque estamos nos aproximando de uma eleição, eu sei que a eleição vai ser dura, vai ser muito disputada pelo próprio Sâmis, pelo Reni que é nosso colega, Deputado aqui, e pelo próprio Paulo. São três grandes candidatos, são três candidatos de projeção e ninguém sabe o resultado da eleição de Foz do Iguaçu.

Mas, se deixarem o Paulo Mac Donald explicar tudo aquilo que fez, se tiver espaço para contar o que fez pela população na Habitação, um parque industrial construído que está lá pronto, com os incentivos para as empresas, 10 anos de isenção de impostos, valores dos terrenos a preço simbólico: R\$ 1 o metro quadrado de uma propriedade que vale mais de R\$ 30 o metro quadrado.

Lógico que estamos passando por um momento que não está tendo e não está conseguindo atrair tantas empresas, mas está lá preparado. Está conseguindo levar recursos, aquela rodovia das Cataratas, ele conseguiu recurso do Governo Federal. Mas o Governo Federal, Deputado Verri, importante e V. Exa. sabe, porque V. Exa. pode ser este elo de ligação para contar para o Governo Central o que acontece. Direcionaram uma licitação em Foz do Iguaçu, a promotoria mandou parar e parou tudo. Parou com autoridade. Fez bem em parar, porque muitos interesses estão por trás daquela licitação. Qual era a outra obra de grande vulto e de grande importância para o município de Foz do Iguaçu, e o Paulo Mac Donald conseguiria fazer, embora não com dinheiro e nem recursos do município, mas dinheiro do Governo Federal.

Há de se salientar aqui que o Governo Federal tem levado os recursos necessários através da Caixa Econômica para se construir as casas populares, que aquela população mais humilde, mais pobre, muitas vezes desempregada, precisa para poder morar e criar com dignidade a sua família.

Temos que olhar aquilo que está acontecendo na cidade e parar com essa fofoca política, com essa puxação de tapete.

Dr. Elias Aiex, meu amigo, foi Secretário do Paulo Mac Donald, Secretário da Pasta Antidrogas, fez um belo trabalho. Depois o Aiex sai de lá e vira o principal inimigo do Prefeito. Eu não consigo entender isso.

Gostaria de deixar dito aos Srs. Parlamentares, dito a todo estado do Paraná, através da TV SINAL aqui da Assembléia Legislativa, que realmente estou fazendo uma defesa aqui. Não é uma defesa apaixonada, não é para contrapor o Dobrandino, que já foi Prefeito de Foz do Iguaçu por duas vezes. Fez um grande mandato. Todos são merecedores do nosso respeito. Agora, o que não podemos concordar é de que esse tipo de atitude que só denigre a imagem dos políticos, denigre a imagem de uma cidade, por tão pouca coisa se levanta aí um cavalo de batalha, para tentar atingir politicamente um homem que merece todo o nosso respeito.

Srs. Deputados, Sra. Deputada Rosane, V. Exa. deverá ser Prefeita em breve. V. Exa. tem que sentir, como é que se consegue ser um bom administrador e ter que manobrar toda esta máquina e toda esta engrenagem política, para que seus próprios parceiros não lhe puxem o tapete. Tem que ter esta condição, esta visão, porque às vezes se é bom administrador e politicamente falha, porque o bom administrador está olhando o que está acontecendo, está comandando o processo de construção de muitas coisas e fazendo as coisas acontecerem. E nem lembra da questão política. E quando você vê, seus próprios amigos, companheiros, estão te corroendo.

Na verdade, se vale um conselho aqui, você tem que governar com seus parceiros. Você tem que governar, com aquelas pessoas que realmente estão ali para prestar um trabalho, para se doar durante um determinado tempo, uma parte da sua vida, para lutar pela população que precisa, lutar por aqueles mais pobres, por aqueles que não têm casa, que às vezes não têm salário sequer. Então, esta é a luta e são estes companheiros que você tem que levar, gente com este espírito.

#### **O Sr. Douglas Fabrício (PPS) (Aparte)**

Ouvindo seu pronunciamento, logo lembrei, fui candidato a Prefeito na cidade de Campo Mourão. E na época da campanha ou mesmo antes da campanha, que é o momento que estamos vivendo agora, começam as questões dos partidos. Cada partido quer indicar seu nome, ou a Prefeito ou a Vice, ter sua chapa. E são vários os possíveis acordos que se fazem.

Infelizmente, como V. Exa. falou, o que as Prefeituras precisam e felizmente é isso, são de bons administradores, pessoas que realmente se preocupem em administrar corretamente o dinheiro público. Só que às vezes, não sei se é o caso de Foz do Iguaçu, mas vou citar o caso em Campo Mourão. Campo Mourão tem candidato que oferece de tudo: emprego, benefícios para as pessoas a troco do voto. E depois não consegue cumprir com isso.

Porque existem leis que precisam ser cumpridas. Tem estas questões partidárias que V. Exa. se referiu. Vi que você citou um exemplo, que o Prefeito administrava o município de portas abertas. Em Campo Mourão também aconteceu isso, na promessa da campanha, dizendo que seria retirada a porta do gabinete do Prefeito. Não teria tramela. O povo viraria Prefeito. E na verdade, o que aconteceu, de imediato, foi colocar uma tranca na porta do Prefeito. E para poder chegar a uma Audiência com o Prefeito, tem que passar por um ritual muito difícil.

O que percebo é o seguinte e aí vai um alerta à população: muitas coisas se prometem nas campanhas. E depois de eleito, fica difícil entregar para a população. Então, que a população fique atenta às pessoas que são bons administradores, para poder melhorar a vida da população.

Era isto e muito obrigado pela oportunidade.

#### **O SR. EDGAR BUENO (PDT)**

Há um jogo de interesse nestas questões políticas, Deputado Douglas Fabrício. Muitos políticos, maus políticos, políticos de maus exemplos, que comprem a consciência de muitas pessoas venais, que compradas R\$ 1, são caras. Quem se vende, venda-se pelo preço que for, mas é caro. Estas pessoas se aproximam de alguém sempre tentando levar alguma coisa, algum benefício. E muitos políticos, salvem estes políticos, se negam a fazer este tipo de negociação e acerto espúrio. O acerto do favor em troca do benefício do voto.

Então, temos que olhar quem é quem na ordem do dia, quem é quem na representação do interesse da comunidade, da população. Concluindo, lamentando as negociações, as negociações, aquele políticos espertos, parecidos com os times de futebol que pagam uma luva maior, o “bicho”, o jogador, o atleta ganha por mês para ganhar jogo. Mas, para ganhar tem que levar mais o “bicho”.

Mais ou menos na política está acontecendo isto. E esta esperteza temos que denunciar. Esta esperteza temos que mostrar à população e provavelmente teríamos que ter essa força, essa capacidade de carimbar quem é quem na ordem do dia, na vida política, quem são aqueles que discursam de um jeito e agem de outro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### **O SR. ANTONIO BELINATI (PP)**

Pela ordem, Sr. Presidente.

#### **(Assentimento)**

Sr. Presidente, para destacar com muita honra a visita nesta Casa do engenheiro Nelson Brandão, que é Presidente do Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina e Norte do Paraná. O Nelson Brandão é de uma das famílias mais respeitadas do norte do Paraná e comanda uma das entidades mais expressivas, mais atuantes de Londrina e do norte do Paraná.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Devidamente registrado. Que o engenheiro Brandão seja bem-vindo a Casa.

## ***Horário das Lideranças***

Passa-se ao Horário das Lideranças. Com a palavra o Deputado Marcelo Rangel, no horário do Bloco PPS/PMN.

### ***Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)***

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, amigos da imprensa, senhoras e senhores que acompanham a TV SINAL.

Cidadãos do Paraná, hoje subo à tribuna para falar a respeito de alguns projetos de lei que protocolamos nesses últimos dias aqui na Assembleia Legislativa e estão tramitando nas Comissões, e como eu estava acompanhando o pronunciamento do Deputado Belinati e ele falou da sua preocupação a respeito da doença de diabetes, também estou preocupado com o avanço dessa doença no nosso estado e protocolei um Projeto de nº 231 para instituir a Semana de Prevenção do Diabetes na Rede Pública Estadual de Ensino. Mas, quando normalmente se diz que um político está protocolando projeto para instituir semana ou um dia específico para algo, normalmente não se tem ações e neste projeto estão previstas ações importantes, como levar ao conhecimento dos alunos, pais ou responsáveis, informações sobre a doença. Mas não é só isso. Além de orientar os pais sobre o diagnóstico e o tratamento adequado, principalmente detecta possíveis casos de diabetes entre os alunos. Como trabalho em rádio, como trabalho com um contato muito grande com as pessoas, notei que o índice de incidência dessa doença entre os jovens, entre as crianças e adolescentes também aumentou muito. Crianças da rede pública de ensino estão sofrendo de diabetes e os pais não sabem.

Portanto, com essa semana instituída em nosso estado, teremos profissionais da área da Saúde para fazer a detecção dessa doença entre as crianças, entre os jovens, entre os adolescentes. E também, além de palestras, seminários e outras atividades que possam ser desenvolvidas para realmente coibir, para tentar minimizar os efeitos dessa doença terrível que está tendo uma grande incidência no nosso estado.

Mas, além desse Projeto de Lei nº 231, também protocolamos o Projeto de Lei nº 233, a respeito da captação da água pluvial. Ontem, em uma discussão histórica, foi aprovada a PEC que retirava a palavra “preferencialmente”, tornando o serviço da SANEPAR praticamente um monopólio no estado do Paraná. Se falou muito sobre água e, na verdade, esse projeto também é de extrema importância social, porque fala sobre água, porque trata desse assunto. Na verdade, os prédios públicos, através desse projeto terão que ser construídos de uma maneira técnica, reservando um sistema de coleta, de captação e reservatório de água pluvial para ser utilizada na limpeza do prédio e outros fins apropriados. Esse projeto já existe

nos países de Primeiro Mundo, na França, na Inglaterra, no Japão.

Portanto, com uma captação dessa água pluvial por um sistema de calhas, algo muito simples, Deputada Rosane, que já existe inclusive no mercado, os prédios públicos vão dar um verdadeiro exemplo para o estado do Paraná, para todos os cidadãos. Dessa maneira, a captação da água pluvial será reservada e poderá ser utilizada em afazeres comuns, nas escolas, nos órgãos públicos, nos palácios, enfim, são dois projetos, esse de nº 233 que está tramitando também aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, e acredito que nos próximos dias estaremos votando aqui no plenário da Assembleia.

Era isso que eu tinha para falar.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Horário das Lideranças, Bloco PTB/PR. Bloco PSB/PRB/PV. Democratas.

(Declinam)

Liderança do Governo. Com a palavra Deputado Luiz Claudio Romanelli.

### ***Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezados amigos.

Hoje subo à tribuna com um sentimento no coração do dever cumprido. E por quê? Porque ontem aqui nesta Casa, durante a votação da PEC, que de forma definitiva estabelece que o Paraná vai conservar esse bem cada vez mais escasso, um bem público que é a água, vai conservá-la sobre a tutela do estado, e quando digo estado, para que as pessoas entendam, estado no sentido *lato sensu*, ou seja, porque o serviço poderá, sim, ser explorado por um município.

Se o município, Deputado Jocelito, de Ponta Grossa, um dia desejar, não mais como é hoje o sistema concessionado à SANEPAR, o município poderá fazê-lo, ele é titular desse serviço. Esta Casa, ontem, por força da PEC que votamos, fez com que o legislador possa estabelecer uma diretriz que vale para todo o estado, *lato sensu*, ou seja, para cada um dos municípios, que o serviço de água, coleta e tratamento de esgoto não pode ser objeto de lucro, não pode ser tratado como uma mercadoria. Essa é a diferença.

Por isso que tenho a convicção que esta Casa aqui, ontem, por uma expressiva maioria, 38 votos a favor, contra seis, ainda acho que os contra são alguns desavisados, outros, claro, ideologicamente, ainda aqueles que vem daquilo que acabou no mundo inteiro, que foi o Hayek, que criou o neoliberalismo em 1950, não foi isso Deputado Enio Verri, V. Exa. que é professor de economia? O fato é que o neoliberalismo acabou, agora alguns entendem que o neoliberalismo não acabou ainda, eles ainda insistem nesse modelo que não existe mais.

Enfim, isso faz parte de um processo dialético da construção da realidade social, e entendo que as pessoas têm o direito de errar, erro e acerto. É assim que funciona o processo evolutivo, mas acho que foi um dia importante ontem. E ontem, durante a Sessão, justamente eu recebi uma notícia que desde o começo do mês eu já acompanhava. E vou falar novamente do Deputado Enio Verri, que até o final do mês passado foi Secretário de Planejamento do Estado. Ele havia participado de todas as discussões com o Governador Roberto Requião, sobre o reajuste do salário dos servidores públicos.

Isso é uma conquista! Porque quando votamos aqui, no ano passado, a Lei nº 15512, é o marco regulatório da política salarial do servidor público, de se fazer, através de uma revisão anual, a correção dos salários dos servidores, no caso pelo IPCA, que foi o índice adotado e chegamos a 5%.

Fico contente, porque subi aqui e pedi para que as pessoas me escutassem. Falei que o Governador me pediu, por favor, para que a lei fosse votada dessa forma, porque quando ele tivesse condições, quando a área fazendária liberasse, seria aplicado o reajuste a todos os servidores públicos. O que diziam? Que não tinha data. Fizeram aqui horas e horas de discursos.

O que é a prática? A prática é que no dia 30 deste mês todos os servidores públicos já haviam recebido quase 90 mil. Os outros 145 mil vão receber este mês, todos, especialmente os da área da Saúde. Hoje os funcionários da Saúde devem estar se sentindo recompensados, pois o que eu falei é o que, de fato, sabia. E hoje fico feliz de integrar um Governo que é comandado por um homem com sensibilidade, como é do Governador Roberto Requião.

Quantos Governadores que já passaram por este estado, por este país e que fariam essa política salarial como esta que temos? Dando poder de compra para os serviços públicos do nosso estado, valorizando esse servidor, criando melhores condições de vida para essas famílias? Quantos têm essa postura, essa conduta? Quantos Governadores começam a gastar R\$ 26 milhões por mês, que é o custo desse aumento salarial?

Entendo que cumprimos a nossa parte, os Deputados que compõem a base do Governo, os do PMDB, do PT, do PMN, os companheiros do PSDB e outros companheiros que têm nos ajudado, nos apoiado, o Bloco Independente, que às vezes vota conosco e às vezes não, mas temos um relacionamento respeitoso. Mas temos que valorizar, aqui nesta Casa, a palavra.

Ontem vimos sobre a questão da concessão dos benefícios fiscais. O Deputado Ademar Traiano, Líder do PSDB, olha que exemplo, ele atravessou aqui essa praça que nos leva ao Palácio das Araucárias e foi conversar com o Governador Roberto Requião, ao lado do Deputado Jonas Guimarães, para lutar por um tema que é de interesse de todos, um segmento importante da nossa sociedade. E o resultado foi muito positivo.

Vamos resolver o problema sem conforto, sem criarmos um antagonismo aqui absolutamente desnecessário. Como vamos construir uma sociedade melhor? É avançando nesse processo de discussão e de negociação.

Concedo um aparte ao Deputado Dobrandino.

#### **O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Quero confirmar o que V. Exa. está falando. No dia da votação nós, do PMDB, conhecendo o Governador que temos, sabíamos que o Governador iria dar esse reajuste, embora não tivesse data no projeto. Imagino que a Oposição também saiba, mas tentou nos desqualificar dizendo até que esse aumento nem poderia vir. Quem ouviu o discurso há poucos dias atrás e agora sabe que esse projeto que estamos votando é realidade. Vi no jornal isso e V. Exa. confirma que todos vão receber esse mês. Isso vai confirmando, quem defende aqui aquilo que é real e quem faz discurso para a platéia.

Quero parabenizar V. Exa., que defendeu com muita propriedade. Mas sabemos e conhecemos quem está ao nosso lado e do Governador.

Muito obrigado.

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel e na sequência ao Deputado Tadeu Veneri.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Deputado Romanelli, quando se fala da SANEPAR fala-se também do lucro que ela teve, em 2007 foram 157 milhões. As pessoas, o povo, acreditam que esse dinheiro é do povo do estado do Paraná, mas na verdade não é. A SANEPAR é uma empresa de economia mista e seus acionistas estão ganhando milhões com a nossa água, que como o senhor falou é bem público.

Portanto, esses acionistas da SANEPAR que ganham milhões com a nossa água, que é do estado do Paraná, ganharam ontem um contrato vitalício e vão passar o resto da vida recebendo muito dinheiro da água, que é um patrimônio de todos os cidadãos paranaenses.

Obrigado.

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Deputado Marcelo Rangel, aproveitar esta oportunidade para esclarecer a V. Exa. e a tantas outras pessoas o que aconteceu.

A SANEPAR era uma empresa pública 100%. Não tinha uma única ação vendida em poder de particulares. O Governo anterior do urbanista, arquiteto Jaime Lerner vendeu 40% da SANEPAR para um grupo privado, chamado Consórcio Dominó. V. Exa. sabe da luta que travamos aqui nesta Casa, para autorizar a COPEL a comprar as ações daquele grupo, que hoje tem outro nome. Vamos até o final desse Governo conseguir comprar, recomprar também 27%. Temos a convicção de que vamos conseguir comprar, retomar 100% do controle acionário da SANEPAR.

O contrato da SANEPAR, ao contrário do que dizia o contrato anterior, preferencialmente ou a maximização dos lucros, hoje acabou isso. Um milhão e 400 mil pessoas têm tarifa social de água. Famílias pobres que não conseguiam pagar a conta de água e de luz também, do Programa Luz Fraterna.

Para concluir, temos que reconhecer que avançamos muito. Esse é um processo que vamos construindo no dia-a-dia. Hoje, Deputado Marcelo Rangel, dizer a V. Exa. que é muito bom subir a esta tribuna e garantir ao servidor público, tanto o ativo, como o inativo, que no dia 30 todos eles vão ter o contracheque engordado. Todo mundo vai receber o reajuste salarial de 5% no dia 30 de junho.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Liderança da Oposição. Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

### ***Liderança da Oposição: Deputado Douglas Fabrício (PPS)***

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Ouvia o Deputado Romanelli falando e fazendo a propaganda do aumento de 5% que vai ser pago agora, dia 30 de junho, para os funcionários. E no seu pronunciamento ele se referiu aos Deputados que ficaram até altas horas da noite aqui, lutando para que o aumento fosse maior. Ele usando lá o termo “discursos que não acabavam mais”, discursos que não resolviam nada”. Na prática, importante esclarecer para a população, o Governo aprovou 5%. V. Exa. deu a entender que a Oposição, com o seu trabalho, ficou aqui lutando para ter mais que 5% e trabalhamos até altas horas da noite, oferecemos emendas ao projeto do Governo para que ele desse mais que 5% de aumento para os funcionários públicos.

Gostaria até que os Deputados ouvissem, porque foi 5% para o funcionário público. Na iniciativa privada, o Governo, com a sua Bancada, fez aprovar o aumento de 15% para a ParanaPrevidência. Os Diretores, quantos por cento receberam de aumento? Por que para os Diretores da ParanaPrevidência foi 20% e para os funcionários só 5%?

O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)

Se foi pecado assinar a emenda para que o aumento fosse bem maior, sou pecador também, porque assinei a emenda para que o reajuste para o funcionalismo fosse bem mais que 5%.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Nós, Deputados da Oposição, trabalhamos fazendo oposição ao Governo e fiscalizando. Só que quando os projetos beneficiam toda a população, votamos a favor. Votamos a favor do aumento de 5%, só que queríamos que fosse mais, fosse 15%. Se o Governo pode fazer a iniciativa privada pagar 15% de aumento, por que o

Governo não pode dar 15% aos funcionários? E lá na ParanaPrevidência ele deu 20%? Fica meio complicado entender. O Líder do Governo vai lá e faz um discurso se vangloriando do aumento de 5%.

Deputado Romanelli, respeito muito V. Exa., mas provocar a Oposição por causa de 5% que o Governo vai dar dia 30 de junho? Por que já pagou dia 1º de maio?

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

Em primeiro lugar, quero dizer a V. Exa. que não fui cutucar nenhum opositor. Apenas transmiti uma boa nova. Quem disse dos discursos até altas horas da noite, desculpe falar, foi o meu colega Deputado Dobrandino. Respeito a Oposição, mas não pode obstruir a votação. Conseguimos vencer, os servidores terão o reajuste de 5% e fico feliz que é possível fazer isso. E não houve aumento nenhum de 20% que V. Exa. está dizendo.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Deputado Romanelli, vou fazer um requerimento aqui e pedir o apoio dos demais Deputados para termos certeza se houve aumento de 20% na ParanaPrevidência para os Diretores ou não.

V. Exa. afirmou nesse microfone que não sabe.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Eu não sei mesmo.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

O Deputado Romanelli é um homem bem informado. Apenas nesta situação do aumento dos Diretores da ParanaPrevidência que ele está um pouco desinformado.

Mas posso lhe afirmar que ele recebeu os 20%. E a obstrução aqui, feita pela Oposição, Deputado Douglas, até para refrescar um pouco a memória do Deputado Romanelli, nós fizemos aqui, porque queríamos fixar pelo menos a data do aumento dos servidores.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Que nem eles sabiam. Agora disseram que sabiam, já sabiam, porque não sabiam. Agora, do aumento da Previdência eles não sabem.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Às vezes temos lapsos de memória.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

V. Exas. é que não acreditaram no que eu falei. Este é que é o problema.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

E agora devo acreditar em V. Exa. que a Previdência não teve 20%?

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

V. Exa., eu nunca ouvi falar que houvesse aumento de 20% para os Diretores da ParanaPrevidência. Mas eu vou checar isto hoje mesmo.

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Deputado Douglas, também faço um desafio ao Deputado Romanelli, se ele checar os 20% de aumento, que ele anuncie também da tribuna, porque enquanto o servidor recebe 5, os Diretores da ParanaPrevidência, que estão cuidando daquele dinheiro, aplicando no Pactual, demitiram quem denunciou, e outras “cositas mas”, ele que anuncie também com a mesma alegria, porque é um aumento diferenciado que os Diretores receberam, mediante o aumento que os servidores hoje receberam.

**O Sr. Antonio Belinati (PP)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Não é demais o aumento de 20% para os Diretores da ParanaPrevidência. Discordo de V. Exa. Está de bom tamanho 20%. Não é imoral. Não tem nada fantasioso.

Apenas é tão moral, que quero até defender que estenda esse benefício como *lides consorti* para todos os servidores do Paraná e acabou a briga. Não tem mais bate-boca, nada. Vinte por cento para todos os servidores.

**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

Está certo, Deputado Belinati.

Então, falando da ParanaPrevidência, o Deputado Romanelli fez elogio a sua Bancada e eu gostaria realmente de parabenizar a Bancada do PMDB que também votou a favor dos 5% do Governo para aumento do funcionalismo público.

É verdade que há Deputados da Bancada do PMDB que votaram, que o Deputado Dr. Batista votou, é verdade. Também é verdade que os Deputados da base de Oposição também votaram a favor dos 5%. É importante deixa claro isto.

E outra coisa que é verdade - ontem nós queríamos uma Comissão aqui para analisar estas questões da ParanaPrevidência, também foi verdade que os mesmos Deputados do PMDB não aprovaram.

Então, é bom deixar claro isto, porque o Deputado Elio Rusch, apresentou aqui um requerimento pedindo para abrir uma Comissão para fiscalizar a ParanaPrevidência, para ver essas informações que estamos sabendo pela imprensa e nosso papel é fiscalizar. Aí, a mesma Bancada que deu os 5% de aumento para os funcionários públicos, que foi elogiada agora pelo Deputado Romanelli, a mesma Bancada derrubou o requerimento do Deputado Elio Rusch aqui e demais Deputados.

Ou seja, então, quando é para elogiar, vamos elogiar. Mas quando é para deixar claro aqui também que não quiseram fiscalizar, vamos deixar claro que não quiseram fiscalizar, porque este assunto que discutimos até

altas horas da noite, nós não ficamos aqui atrapalhando ninguém, não. Pelo contrário, ficamos aqui lutando em favor dos servidores.

Como disse o Deputado Antonio Belinati: “Se o pessoal da ParanaPrevidência, os Diretores, podem ter um aumento de 20%, por que os funcionários públicos não podem ter o mesmo aumento? Por que só deu 5% para eles? E para a iniciativa privada, reitero, o aumento foi de 15%.

Então, às vezes, quando a população que nos acompanha hoje pela TV SINAL vê o Líder do Governo discursar, imagina que o Paraná está às mil maravilhas, que agora dia 30 de julho vai ter o aumento de 5% como se fosse assim a 8ª maravilha do mundo. O aumento é bem-vindo, mas os funcionários públicos precisavam de mais, precisavam de mais do que apenas 5%.

Não da Oposição, gostaríamos que fosse 15%, até, inclusive, coincide com o número do Governador Roberto Requião, que é do PMDB, que é o 15.

Era isto, Sra. Presidente.

## **Ordem do Dia:**

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## **Leitura do Expediente**

Sobre a mesa, Indicação nº 154/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a inclusão do curso teórico técnico de trânsito nas grades de disciplinas das escolas públicas e privadas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

## **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## **Redação Final**

### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 205/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Astorga - APAE de Astorga, com sede e foro na cidade de Astorga. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/08, de 14/05/08, em Projetos de Lei).**



**ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 236/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual a Associação Cidadania em Ação - Voluntariado da Justiça Federal do Paraná, com sede e foro nesta capital do estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 058/08, de 28/05/08, em Projetos de Lei).**

**1ª Discussão****ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 029/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, fica instituído o Programa Estadual de Aprendizagem do Jogo de Xadrez - PAX, na rede pública estadual de ensino. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 005/08, de 19/02/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 029/08

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, objetiva instituir nas escolas públicas estaduais, o Programa Estadual do Jogo de Xadrez.

**Fundamentação**

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão de Constituição e Justiça se manifestar, não foi encontrado nenhum óbice de natureza legal ou constitucional, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

**Conclusão**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PROJETO DE LEI Nº 029/08

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei, consiste numa série de ações que propõe ao poder público estadual a promover, estimular e divulgar a prática do jogo do xadrez nas escolas públicas do estado do Paraná.

**Parecer do Relator**

Pedagogicamente, o xadrez é estimado em elevado conceito, fazendo parte do currículo escolar básico e de aprimoramento complementar em dezenas de países. Muitos projetos oficiais, conduzidos tanto por instituições estatais como privadas, indicam que o jogo estimula a atenção e favorece a concentração de modo geral.

Acredita-se também que a atitude introspectiva que o xadrez gera, leva a criança a se avaliar ante tudo na vida e considerar as conseqüências de seus atos, adquirindo consciência de responsabilidade e casualidade (causa e efeito). O jogo do xadrez desenvolve a atenção e concentração, o julgamento e planejamento, a imaginação e a antecipação, a memória e a vontade de vencer, a paciência e o autocontrole.

Pelo exposto, meu parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 029/08.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente  
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

**Em discussão. Em votação.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sra. Presidente, quero registrar que o projeto de autoria do Deputado Dr. Batista é um projeto muitíssimo interessante, eu mesmo gosto de jogar xadrez, acho que é um esporte extraordinário, desenvolve a inteligência dos jovens, das crianças, é muito saudável, muito diferente daqueles vídeos games. O xadrez estimula a inteligência, promove uma maior sinapse entre os neurônios dos jovens.

Agora quero deixar registrado uma coisa: o projeto do Dr. Batista é um projeto que nem autorizatório ele está e está criando despesa, está interferindo na esfera da competência do Poder Executivo e esse projeto poderá, Sra. Presidente, eventualmente, vir a ser vetado por conta de ferir um dispositivo constitucional.

Está liberada a nossa base aqui, para cada um votar como entender. Eu mesmo sou um adepto do esporte, mas, ao mesmo tempo entendo, até para deixar claro para o Dr. Batista, que é um projeto que padece do vício da iniciativa, pela inconstitucionalidade. Como estamos votando a constitucionalidade, faço esse registro para que possamos saber o que estamos votando.

O SR. DR. BATISTA (PMN) (**Para Encaminhar**)

Sra. Presidente, discordo do Deputado Romanelli que o meu projeto leva ônus para o estado. Basta, Deputado Romanelli, dar uma olhadinha no projeto, em todos os seus itens, é um programa para ensinamentos de xadrez que já é sucesso no Rio de Janeiro. Já era sucesso quando o Deputado Edgar Bueno fez nas escolas municipais de Cascavel, onde hoje tem uma universidade, onde a maioria dos vestibulandos que foram aprovados são os maiores praticamente de xadrez, como o senhor o é, haja vista a inteligência que o senhor tem aqui de “comer” um dicionário e ter um grande conhecimento de Direito. Nós, como médico especialista em cirurgia do aparelho digestivo, o senhor quando diz que a sinapse neurônio-axônio (sic) para que melhore a memória das crianças, prova a sua inteligência.

Agora, não leva ônus nenhum ao estado, porque aqui no projeto está dizendo, Deputado, que pode fazer convênio com a iniciativa privada. Leiam bem o projeto, peço aos nobres colegas que votem favorável. O senhor liberou a Bancada, com certeza a Bancada votará conosco e tenho certeza que o Governador Roberto Requião não vetará este projeto, porque com a alta inteligência dele, com certeza ele também é praticamente de jogos de xadrez.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Está em votação. **Aprovado.**

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 061/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, da nova redação ao *caput* dos artigos 152, 154 e 156 da Lei Estadual nº 15608/07, os quais tratam das sanções administrativas aplicáveis ao licitante e/ou contratado. COM PARECERES DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CF. (Publ. no DA nº 013/08, de 04/03/08, em Projetos de Lei).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 061/08

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O Projeto de nº 061/08, tem por escopo alterar a lei estadual que dispõe sobre licitações e contratos administrativos. Ainda, o que se pretende modificar é transformar a aplicação de penalidades de mera faculdade para aplicação cogente. Em outras palavras, é afastar a discricionariedade da Administração Pública na aplicação de tais penalidades, transmutando porquanto em conceito plenamente vinculado.

##### Da Legitimidade

Aspecto inicial desta análise deve ser o aspecto de legitimidade. Pois bem, a Constituição Federal, em seu artigo 22 assim dispõe:

*Art. 22. Compete privativamente à união legislar sobre:*

*XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da união, estados, distrito federal e municípios, obedecido o disposto no artigo 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do artigo 173, parágrafo 1º, III.*

Pode parecer, com a singela leitura desse artigo, que o Código dos Códigos permite apenas à União legislar sobre o tema licitação. Entretanto, uma leitura mais acurada, e embasada numa interpretação sistemática mostra-nos que não é esse o caso. Isto porque a União, como bem diz o artigo, deve legislar sobre regras gerais, atitude inclusive já efetivada, através da Lei nº 8666/93. Posto desse modo, deve-se prosseguir, transcrevendo-se o artigo 24 da Carta Magna:

*Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:*

*§ 2º A competência da união para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos estados.*

Com espreque nisso, vislumbra-se que aos estados é dado também legislar, ainda que de forma suplementar, sobre diversos temas, inclusive licitações e contratos administrativos. Agora em nível estadual mister que se transcreva o artigo 53 da Constituição do Estado:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:*

*XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;*

A legislação concorrente da Constituição Federal está, conforme já se disse, no artigo 24, conformando assim o texto da Constituição Estadual ao que se pretende nesse tópico de legitimidade.

Sendo assim, o aspecto de legitimidade está plenamente atendido.

##### Do Objeto Material

Já destacamos, no início deste parecer, que a proposta ora sob escólio pretende transmutar uma discricionariedade em obrigatoriedade. Pois bem, cumpre antes de mais nada analisarmos a regra de licitações em nível federal, qual seja, Lei nº 8666/93. Esta norma traz situações de descumprimento de contrato, acarretando ainda algumas penalidades, as quais destacaremos. Por exemplo, veja-se o artigo 86 e 87:

*Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.*

*Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:*

*I - advertência;*

*II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;*

*III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;*

*IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.*

Pode se perceber que a lei federal traça regras absolutas, quais sejam, ausente o caráter discricionário para fixação e aplicação de multas por parte da Administração Pública em caso de descumprimento de certo acordo

outrora firmado. Sendo desse modo, de modo inicial nada parece estar a impedir a aprovação do projeto de lei ora debatido. Ora, se a lei que estabelece normas gerais, verdadeiros pilares para orientação dos demais entes políticos aplica, de modo imediato, certas sanções, parece de meridiana clareza a possibilidade, ou até mesmo a necessidade do ente federado, quando da adoção de lei própria, adotar esse critério cogente.

Ademais, não se pode olvidar da idéia de que sempre que se trata com a Administração Pública deve-se respeito à idéia do interesse público. Por decorrência, aplicar penalidades àqueles que descumprem o pactuado, ainda mais quando se trata de finanças e interesse público, deve ser apenado de modo imediato, sem azo para eventual perdão ou aquiescência por parte do órgão público quanto ao descumprimento contratual ou de proposta.

Cumpra ainda dizer que a lei é que poder fixar, de modo preciso, acerca de discricionariedade ou não do ato a ser tomado pelo Poder Público. Em caso de omissão, a discricionariedade será a regra. Com a adoção da medida legal no sentido de tomar cogente sanção, passa-se ao nível de obrigatoriedade, situação esta que em nada conflita com os princípios ou regras legais referentes à Administração Pública.

#### **Conclusão**

Portanto, devido ao respeito aos aspectos constitucionais e legais, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 01/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 061/08**

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, parágrafo 1º e 141, II, fica suprimida parte da redação do artigo 3º do Projeto de Lei nº 061/08, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 07/05/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 061/08**

**P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

O Substitutivo Geral ao Projeto nº 061/08 em nada modifica a essência do projeto, apenas busca corrigir o aspecto formal da propositura, de modo a adequá-lo à Lei Complementar nº 095, que trata da técnica legislativa a ser empregada.

#### **Da Legitimidade**

A análise neste passo não demanda aprofundamentos, sendo que resta evidente que cabe a membro deste Parlamento, de acordo com o Regimento Interno, apresentar emendas ao projeto. No caso sob exame, essa atitude foi tomada por membro da Comissão de Finanças, no seu parecer. Apenas para reforço, é importante que se diga que o tema tratado não refoge da competência traçado pela Constituição Federal. Assim, a legitimidade está aferida.

#### **Do Objeto Material da Propositura**

Consoante já se expôs o projeto não modifica em nada o objeto material original. Pela simples constatação, é de se dizer o texto está em perfeita condição de ser aprovado. E aprovado para que se possa ver cumprida a lei que trata da técnica legislativa, imposição cogente e que, na visão do autor do Substitutivo, merece maior destaque a aplicação.

#### **Conclusão**

Por todo exposto, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto, que traz Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 061/08.

Sala das Comissões, em 17/06/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

Apoiamento:

Tadeu Veneri, Duílio Genari, Edgar Bueno, Francisco Bühner, Nereu Moura, Artagão Júnior e Douglas Fabrício.

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 061/08**

**P A R E C E R :**

#### **Relatório**

O projeto de lei de autoria do nobre Deputado Edson Strapasson, o qual tem por propósito alterar a redação de três artigos da Lei Estadual nº 15608, de 16/08/07, e que estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná.

Os dispositivos que se pretende alterar são os artigos nº 152, 154 e 156 do referido diploma legal, e todos têm como escopo tornar cogentes as sanções fixadas nos mesmos, sob a justificativa de que deve existir uma obrigatoriedade - um poder-dever - da Administração em punir os infratores, após a instauração do devido processo administrativo e assegurada a ampla defesa e o contraditório.

A redação atual da lei, ao utilizar o verbo “poder”, estabelece uma mera faculdade da Administração em aplicar estas sanções, o que não é correto, segundo o autor do projeto, vez que se trata de um poder vinculado e não cabe ao administrador público a discricionariedade para, agir ou não agir, quando deve fixar e aplicar multas nas hipóteses de descumprimento de contratos ou determinada obrigação assumida anteriormente por algum licitante.

Desta forma, corrigem-se os dispositivos citados, a fim de mudar a ação de impor penalidades de mera faculdade para aplicação cogente.

#### **Voto do Relator**

Primeiramente cabe a este órgão técnico o exame da proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o Plano Plurianual (PPA), com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com a Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme estabelece o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno da Casa.

Como já salientado, o presente projeto está propondo apenas a alteração da lei estadual de licitações, no sentido de tornar impositivas as penalidades previstas na norma, em caso de descumprimento do pactuado em contrato ou proposta, sem faculdade de deixar de agir por parte da Administração.

Não se trata, portanto, de matéria com repercussão no orçamento anual do estado, nem em cumprimento da LDO ou do PPA e sequer há aspectos de ordem fiscal. Portanto, a proposição não está sujeita à observância do disposto na LRF. No máximo apenas reforça o cumprimento desta, vez que obriga a imposição de multa contratual ou prevista em edital, assim como força de forma taxativa a exclusão de processo licitatório quem causar prejuízo às finanças e ao interesse público.

Em face destas considerações, voto pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira do presente projeto de lei.

Quanto ao mérito a proposta de alteração da legislação atual, nos aspectos já sobejamente descritos anteriormente, também somos favoráveis, pois evita a possibilidade de um agente da Administração omitir-se ou então transigir ou mesmo perdoar quem descumpra contrato ou proposta de licitação, entendendo tratar-se de uma mera faculdade daquele, como se o fato de agir ou não estaria no campo de sua discricionariedade.

Apenas tomamos a liberdade de modificar o texto da proposta, através de um substitutivo, quanto ao seu aspecto de redação legislativa, embora, primeiramente, tratar-se de função de outra Comissão permanente desta Casa, e, segundo, não haver grave equívoco, quase tratar-se de questão subjetiva, de interpretação, entendemos que se pode melhorar o texto, com o perdão da eventual presunção.

Ocorre que a Lei Complementar nº 095, que trata das formalidades de alteração de leis, entre outros, com as modificações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, obriga fazer constar a sigla NR (Nova Redação) no texto alterado, assim como sugere a concisão, de modo que o artigo primeiro já pode conter toda a alteração proposta, reduzindo-se, assim, a presente lei para apenas dois artigos.

Tomou-se a liberdade ainda de alterar a redação da emenda de modo a atender o artigo 5º da Lei Complementar, a fim de explicitar o objeto da lei, na forma como

é usado em normas emitidas pelo Congresso Nacional, a exemplo da Lei Federal nº 11232, que alterou o Código de Processo Civil.

#### **Conclusão**

Destarte, somos pela regular tramitação do presente projeto de lei, porém na forma do seguinte substitutivo.

Sala das Comissões, em 28/05/08.

(aa) ANTONIO BELINATI - Presidente

ELTON WELTER - Relator

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 061/08**

Art. 1º Os artigos 152, 154 e 156, da Lei nº 15608, de 16/08/07 - estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 152. A multa será aplicada, dentre outros motivos, a quem:

...” (NR)

“Art. 154. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração será aplicada a participante que:

...” (NR)

“Art. 156. A declaração de inidoneidade será aplicada a quem:

...” (NR)

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28/05/08.

(aa) ANTONIO BELINATI - Presidente

ELTON WELTER - Relator

Apoioamento:

Edson Strapasson.

#### **Em discussão. Em votação.**

Deputado Luiz Claudio Romanelli, para encaminhar.

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Queria, Sra. Presidente, encaminhar esse projeto favoravelmente. O Parlamento Estadual propõe aqui uma alteração extremamente importante. Esta Casa, no ano passado votou essa Lei de Licitações, mas o Deputado Edson Strapasson, com um senso apurado com relação à questão da boa gestão do dinheiro público, ele propõe aqui, vincula ao administrador público não a discricionariedade de impor, se for desejo dele ou não, uma sanção eventualmente àquele que descumpra os pressupostos da legalidade e legitimidade de um procedimento licitatório. Substitui o “poderão” por “deverão”. Quer dizer, vincula o administrador, acaba a discricionariedade exclusiva do

administrador. É um avanço e, tenho certeza absoluta, que o Governador Requião deverá sancionar esse projeto, porque a iniciativa do Deputado Strapasson é extremamente importante, a boa aplicação do dinheiro público e da regularidade dos procedimentos licitatórios do estado do Paraná.

O nosso encaminhamento é favorável à nossa Bancada.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

## ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 210/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/08, que objetiva dar nova redação ao artigo 3º da Lei nº 14077, de 04/07/03. (Agente de aviação). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 053/08, de 18/05/08, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 210/08

P A R E C E R :

### Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei nº 210/08, de autoria do Poder Executivo, reajusta os valores do adicional de vôo e cria vantagem compensatória para os períodos de férias dos agentes de aviação.

### Competência e Previsão Legal

Primeiramente, é imprescindível analisar a iniciativa legislativa sobre a matéria constante no projeto de lei em análise.

Nos ditames da Constituição do Estado do Paraná se verifica que o Chefe do Poder Executivo possui a prerrogativa privativa de incentivar o processo legislativo sobre a matéria albergada na proposição em tela, porque o artigo 66 da Constituição do Estado do Paraná assim prescreve. A saber:

*Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:*

*I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração; (Grifei).*

Portanto, a propositura do presente projeto de lei é legítima, uma vez que, nos ditames da Constituição do Estado do Paraná, o Governador do Estado detém o poder de iniciativa sobre aumento da remuneração dos funcionários da Administração Pública. Assim sendo, verificamos que o presente projeto se encontra respaldado de constitucionalidade.

No tocante ao impacto financeiro, em atendimento as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Chefe do Poder Executivo declara que “a alteração dos valores referentes a parte fixa e variável do Adicional de Vôo representará um impacto financeiro mensal máximo de R\$ 10.080,00 (dez mil e oitenta reais), conforme demonstra em declaração.

Assim, compreendemos que o projeto ora em análise se encontra coberto de legalidade, visto que atende as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo reputado constitucional.

### Conclusão

Nesse contexto, verificamos que o projeto está em conformidade com nossa Constituição Estadual, bem como, dentro da legalidade.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Desta forma, em decorrência de parecer, inferimos pela aprovação do projeto que ora se analisa, conforme motivos já explicitados.

Sala das Comissões, em 03/06/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 210/08

P A R E C E R :

O presente projeto, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº 017/08, tem por finalidade alterar a Lei nº 14077/03 no que diz respeito com a estrutura da vantagem adicional de vôo, tanto na parte fixa quanto variável, em verdade reajustando ambas.

Pois bem, em seu trâmite regimental, este projeto foi aprovado na CCJ, atestando assim sua legalidade e constitucionalidade. Como bem se sabe cabe a esta Comissão se manifestar sobre a propostas visto pelo ângulo das finanças do estado, embasando-se principalmente na Lei de Responsabilidade Fiscal.

No caso que ora se debate pode-se notar a presença do impacto econômico financeiro, que segundo informação do próprio proponente, será de no máximo R\$ 10.080,00 por mês. Visto desse modo, e mais, pela relevância do projeto, temos que foram atendidos os pressupostos para a aprovação deste projeto nesta Comissão.

Frente a esta explanação, o parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 16/06/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

## Requerimentos

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1602 e 1603, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1610, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1629, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

Com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Pela Ordem)**

Se a senhora pudesse fazer a leitura desse requerimento para mim.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Solicito ao 1º Secretário que proceda à leitura do referido requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Jonas Guimarães)  
**(Procede à leitura do requerimento)**

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Para encaminhar, o Deputado Marcelo Rangel, por cinco minutos.

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Para Encaminhar)**

Sra. Presidente, solicito, depois, para encaminhar esse tal requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Favorável ou contra?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Claro que é contra, né!

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Devidamente inscrito.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Para Encaminhar)**

Só não entendi porque “claro”. Mas, vou votar a favor do requerimento e gostaria de pedir a ajuda dos nobres Parlamentares para a aprovação desse requerimento que solicita algo muito simples, Srs. Deputados. Um documento oficial do Sr. Governador, dizendo que realmente estará reabrindo o nosso curso de Medicina, o curso de Medicina dos cidadãos ponta-grossenses, já em 2009, e que o vestibular seja realizado ainda este ano.

É isto o que estou solicitando. Por quê? Aqui na Assembléia Legislativa fizeram o lançamento, antes de ontem, o lançamento oficial, Deputados foram parabenizados, fizeram discursos envolventes, importantes, e até mesmo parabenizei a todos os Parlamentares e parabenizei também pela ação do Governo de possivelmente reabrir esse curso de Medicina.

Mas, o que aconteceu foi o seguinte: algo estranho aconteceu de antes de ontem para ontem. Ontem, já não era assim, a abertura do curso de Medicina. Ontem não falaram na possibilidade. Espera aí! Ou é, ou não é. Preto no branco. Porque estamos às vésperas das eleições. Nas vésperas das eleições, tudo acontece. Há anúncio daqui, dali, obras ou futuras obras, ou então a especulação eleitoral. Aliás, palavras inclusive pronunciadas pelo próprio Governador, porque quando se criou o curso de Medicina na cidade de Ponta Grossa, o Governador Roberto Requião falou que se tratava de um estelionato eleitoral, que o curso de Medicina não poderia ser implantado, em

hipótese nenhuma, na cidade de Ponta Grossa, e foi anunciado apenas para se conseguir votos. E o que dizer deste anúncio, que por enquanto não está concretizado?

O Deputado Líder do Governo, Luiz Claudio Romanelli, fez um pronunciamento belíssimo, parabenizando, porque neste ano teremos o vestibular, no ano que vem vamos retomar as atividades do curso de Medicina. Eu, até mesmo, parabenizei o senhor. Agora, o que estamos pedindo é um documento timbrado do Governo do Estado do Paraná, como este aqui. Deputado Luiz Claudio Romanelli, este documento é histórico. Sabe por quê? Ele é assinado por um candidato ao Governo do Estado do Paraná. E por causa deste documento é que eu estive presente, lutei e briguei, inclusive na campanha eleitoral, por este candidato ao Governo do Estado. O Senador Osmar Dias assinou um documento de comprometimento público, do retorno das atividades do curso de Medicina, bem como aumento de investimentos na UEPG, em todos os cursos. Também a abertura de leitos de UTIs pediátricas, uma unidade especial de hemodiálise pediátrica também e outras coisas muito importantes, com a assinatura do então candidato a Governo do Estado.

Se tivermos um documento oficial do Governo, isto para nós é de extrema importância, porque aí sim, se consolida. OK. Por isso, gostaria de pedir o apoio dos nobres Parlamentares para aprovarmos este requerimento.

Queremos apenas a oficialização, porque foi dito aqui na Assembléia Legislativa, mas de promessas as pessoas estão cheias. Foram feitas promessas do baixa ou acaba e não baixou, não acabou. Palavras são pronunciadas a todo momento. Promessas são assim. Quero saber se existe um comprometimento, mesmo porque a agência estadual não noticiou nada.

Temos que ter um documento timbrado e com testemunhas, como tem este aqui. Vou ficar muito satisfeito. Aí, sim, com o documento na mão, estarei parabenizando os Srs. Deputados que trabalharam muito neste ano e meio para que esse curso seja restabelecido no estado do Paraná.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

A palavra está aberta ao Deputado Jocelito, para encaminhamento, por cinco minutos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sra. Presidente, Srs. Deputados.

Deputado Marcelo Rangel, não sou o Governador, mas apoiéi o Governador. Quero assumir com V. Exa. aqui e não precisa o Governador assinar, porque vou assumir o compromisso com V. Exa. que o curso de Medicina sai na Universidade de Ponta Grossa. Vou assumir em nome do Governador e assino o documento para V. Exa. Não vamos colocar o Governador nisso, até porque fiquei sabendo, pelo telefone, que ele acaba de anunciar, no palanque, na inauguração em Ponta Grossa, tudo aquilo que eu tinha falado aqui, que o Reitor fez todos os levantamentos e ele disse que o curso de Medicina volta em Ponta Grossa e só depende da questão dos últimos documentos.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Depende?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Depende. Está certo. É que V. Exa. nunca dirigiu nada público, onde tem que haver um trâmite em algumas coisinhas.

Está certo, eu assumo que trabalhei para o Requião. Assumo com V. Exa. e o senhor pode dizer amanhã no rádio que o Deputado Jocelito representando o Governador, assumiu o compromisso que sai. V. Exa. é muito descrente, porque V. Exa. não acredita em nada.

Neste momento a minha assessoria de comunicação me informa que o Governador está visitando o Seminário Verbo Divino e que acaba de determinar a compra do Seminário Verbo Divino para fazer uma grande escola modelo.

Voltando ao tema, jamais quero mexer com a fé do Deputado Marcelo Rangel, que é católico como eu. V. Exa. é um pouco descrente das coisas, mas isso se aprende na seqüência da experiência da vida. V. Exa. disse que o Governador não iria fazer o hospital regional e está lá e quero convidar V. Exa. um dia, para andarmos e vermos aquele hospital maravilhoso, sentirmos o perfume daquele hospital e vermos que a casa de boneca se transformou naquele hospital. Quero convidar V. Exa. para ir lá, mas quero dizer também a V. Exa. que estou assumindo este compromisso com V. Exa., eu, Deputado Jocelito. O Governador acabou de falar em Ponta Grossa que o curso de Medicina é irreversível e volta. São palavras do Governador, agora há pouco em Ponta Grossa. Então, peço a V. Exa. que retire este requerimento. Isso aí vai ficar chato para o senhor, porque amanhã sairá na imprensa que ele foi lá e falou e V. Exa., neste momento, coloca um requerimento que não tem nada a ver. Vai ficar chato para a sua pessoa. Não precisa! O Governador acabou de falar lá agora. Aquilo que falei antes de ontem aqui, ele acabou de confirmar lá em Ponta Grossa. Então, acho que esse requerimento é desnecessário, acho que não fica bem para o senhor, porque já está lá, é oficial a palavra do Governador. O Governador acabou de anunciar em Ponta Grossa. Com o Requião não se consegue nada na marra, mas se consegue tudo com o Requião quando se tem um coração bom e fala-se com ele. Então, pediria a V. Exa., que retirasse esse requerimento, porque não há necessidade, o Governador acabou de anunciar em Ponta Grossa. Estamos felizes, estamos alegres, estamos contentes. Então, Deputado Marcelo Rangel, estou lhe dando aqui a palavra do que eu acabei de ouvir, eu ouvi o pronunciamento do Governador. Aliás, Deputado Rossoni, o seminário que V. Exa. morou, eu fiquei feliz, o Deputado Rossoni morou nesse seminário, viveu lá, me disse agora com alegria, conhece o seminário melhor do que eu.

E para terminar, não sei se o Deputado Rangel vai retirar o requerimento, eu vou votar contrário Deputado Rangel porque eu acreditei no hospital regional e saiu, e

eu acredito naquilo que falou há cinco minutos o nosso Governador Roberto Requião. Mas se V. Exa. quiser retirar retira, senão não, fica a sua disposição. E quero me desculpar com V. Exa., eu acredito na sua fé, e o homem que tem fé acredita.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Vou encaminhar rapidamente, até porque o Deputado Jocelito registrou uma parte da minha história. E realmente eu, nos finais de semana, morava numa pensão, durante as férias eu não pagava pensão porque interrompia, eu morava nesse seminário. Então, eu conheço muito bem esse seminário, inclusive conheço aquele túnel que passa para a piscina para o outro lado da rodovia.

Mas, Deputado Jocelito, acho que o requerimento do Deputado Marcelo Rangel tem pertinência. O curso de Medicina em Ponta Grossa, salvo eu esteja equivocado, imagine eu entrar numa briga paroquiana, é difícil. Mas o curso de Medicina já estava em funcionamento, aí o Governador interrompeu o funcionamento, cancelou o funcionamento. Aí o Vice-Governador, se eu estiver equivocado, esteve há um ano, há um ano e meio atrás, e anunciou que o curso iria começar. E agora com alegria, vejo aqui o anúncio do ilustre Parlamentar dizendo que o Governador anunciou o início do curso de Medicina, deve ser a partir do ano que vem, não é em 2008. Isso é bom. Agora, acho que o requerimento do Deputado Marcelo Rangel deva ser votado? Acho. Porque senão pode ocorrer um equívoco novamente e o Governador esquecer que prometeu, não comunicar a Secretaria de Ciências e Tecnologia, ou de Ensino Superior, melhor dizendo, ele esquece de comunicar a Secretaria de Ensino Superior e pode ficar para 2009. Acho que é um respaldo legal, e legitimar ainda mais a palavra do Governador.

Obrigado Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Para encaminhar, mas antes porém esta Casa registra em nome do Deputado Enio Verri, agradece a presença do Vereador Mário Verri da cidade de Maringá. Seja muito bem vindo a esta Casa. Com a palavra, para encaminhar, Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (**Para Encaminhar**)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou entrar naquela ciranda da discussão de Ponta Grossa. Ponta Grossa sempre foi motivo de debate aqui na Assembléia, e até não poderia ser diferente, porque são quatro ilustres Deputados que defendem os interesses, não só de Ponta Grossa, mas também do estado do Paraná. Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. que entra com um requerimento pedindo um documento oficial do Governador, eu acredito que V. Exa. está no caminho correto.

O Deputado Jocelito informa à Casa que o Governador Roberto Requião está, neste momento, em Ponta Grossa anunciando a reabertura do curso de Medicina.

O Deputado Valdir Rossoni e o Deputado Marcelo Rangel foram muito felizes em falar na reabertura do curso de Medicina. Ora, o que é a reabertura de um curso? É que já existia. Em Ponta Grossa já existia o curso de Medicina, autorizado. Os jovens fizeram o vestibular, foram selecionados, quando o Governador extinguiu, suspendeu o curso de Medicina, logo depois das eleições. Agora, o Governador anuncia que vai reabrir o curso de Medicina.

Ninguém pode ter memória curta. O Deputado Jocelito diz que quem tem fé, acredita. Os eleitores do Paraná tinham fé e acreditaram na promessa do Governador Roberto Requião: o pedágio baixa, ou acaba. Foi a bandeira do Governador. O Pedágio não baixou e não acabou.

O Governador disse, na última eleição, dos caminhos da liberdade. O povo teve fé, acreditou e votou nele duas vezes seguidas, em cima de promessas.

O Governador anunciou que iria implantar, isso no seu 1º mandato, que estava construindo 24 hospitais. Está construindo? Claro, gradativamente. Vai construir espaço físico e vai fazer com que o futuro Governador arque com o ônus.

O Deputado Marcelo Rangel tem razão. Põem no documento quando o curso de Medicina vai funcionar? Vai devolver a Ponta Grossa aquilo que já tinha. Vou tomar de você aquilo que já tem e depois devolvo e faço um grande carnaval, faço uma política enorme em cima daquilo que a comunidade já tinha.

Não dá para aceitar essa forma de administrar o estado do Paraná. O Governador Roberto Requião é conhecido, pelo Paraná, pelas promessas que faz na campanha e não cumpre.

Quando vai reabrir o curso de Medicina? Deixo esse questionamento para todos que estão nos ouvindo.

Por isso, Deputado Marcelo, estou junto com V. Exa. para aprovar o requerimento.

Muito obrigado!

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Que baita dor de cotovelo! Se vocês não querem aplaudir o porto de Paranaguá, aliás Deputado Valdir Rossoni, estou com os indicadores demonstrando que o porto de Paranaguá continua a ser, não o maior porto do Brasil, mas da América Latina. Vou lhe passar os documentos para desmentir V. Exa. Vai ter que ler o documento na tribuna.

Vamos falar aqui o seguinte, jovem Deputado Fernando Ribas Carli.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Sra. Presidente, apenas uma questão de ordem?

**(Assentimento)**

Estamos encaminhando, segundo o Regimento, um requerimento do Deputado Rangel. Acho que seria bom

fazer a leitura do requerimento, porque fomos de Ponta Grossa para Paranaguá, no porto. Está muito diferente o encaminhamento.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Informo a V. Exa. que foi feita a leitura do requerimento.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Sra. Presidente, eu solicitaria à Mesa para que descontasse o tempo usado, indevidamente, pelo aparte que não concedi ao Deputado Valdir Rossoni.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Solicito a V. Exa. que se atenha ao tema, por favor, Deputado Romanelli.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

O Deputado Valdir Rossoni também foge do tema. Fugir do tema é com o Deputado Valdir Rossoni mesmo. É uma dor de cotovelo muito grande.

Deputado Elio Rusch, o Paraná não tinha estrutura hospitalar pública. Vamos ter 24 hospitais ao término deste Governo. Temos isso porque o nosso Governo é preocupado com o povo. Ele não é preocupado em fazer Jogos Mundiais da Natureza, quando enfiaram US\$ 80 milhões naquelas chamadas bases náuticas, que grande parte, lamentavelmente, esta abandonada, pouquíssimas estão funcionando, quando queimaram e rasgaram o dinheiro público. Isso que é fazer mal Governo. Mas Governo bom investe em rede hospitalar, cria dinheiro em rede hospitalar, cria condições de vida melhor, como fez inaugurando o Hospital de Reabilitação na segunda-feira em Curitiba, que é uma referência em hospital.

O Governo agora estava ainda em Ponta Grossa anunciando lá, vamos dar passo por passo, mas passo real, concreto, para poder fazer com que o curso de Medicina funcione junto com o hospital regional. Não foi à toa que construímos o hospital regional no campus da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Entendo que essa Oposição tem que começar a ter uma pauta propositiva, tem que ter rumo. Não é possível que V. Exas. desconheçam a realidade. Não é à toa, que o Governador Requião é o segundo Governador mais bem avaliado pela pesquisa do Vox Populi - 54% de ótimo e bom. O que tem de gente que está com os interesses feridos, falando mal do nosso Governo e do Requião. Mas o povo sabe o que é bom, tem clareza absoluta. Não é a elite que apodreceu, que vai dizer à opinião pública o que tem que ser feito. Ninguém mais faz a cabeça de ninguém. As pessoas pensam por elas mesmas, conseguem interpretar o que está acontecendo. Sei que está uma dor de cotovelo danada ao verem anúncios tão positivos iguais a esse.

Tenho certeza que a grande maioria da Oposição, conheço cada um de V. Exas. hão de ter a grandeza de reconhecer. Querem o requerimento. Vamos aprovar o



requerimento. Não há nenhuma dificuldade. O Governo explicou claramente que tem passos a serem seguidos, porque ele faz as coisas de uma forma correta. O Governador lá inaugurando a obra com o financiamento Fundo de Desenvolvimento do Estado, para o Prefeito Pedro Wosgrau, da inauguração do novo terminal rodoviário de Ponta Grossa, uma obra belíssima e muito bem executada, que é fruto de decisões políticas importantes tomadas por outros Prefeitos, como o Péricles e o Jocelito, pessoas que contribuíram muito para aquela cidade. Entendo que a Oposição tem que ter uma pauta propositiva. Quando ela não puder falar alguma coisa que seja real e não virtual, uma factóide, é melhor não falar nada. É melhor se reservar e deixar para outro momento. Porque vejo que a Oposição vem de um mau momento nesta Casa. Mas que o curso de Medicina, mesmo contra a vontade de muita gente vai funcionar em Ponta Grossa, isso vai.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Com a palavra, Deputado Plauto Miró.

**O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vejo um debate franco hoje dentro do plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. É uma discussão de uma matéria importantíssima que começou no ano de 2001, quando o Governador do Estado chamava-se Jaime Lerner. Naquele ano de 2001 deu a autorização para a Universidade Estadual de Ponta Grossa implantar o curso de Medicina que foi criado em 1968 pelo então Governador Paulo Pimentel.

O Governador Jaime Lerner teve a posição clara e firme de autorizar. E não só autorizou como liberou recursos e autorizou também a construção do bloco de Medicina, aonde abrigava laboratórios e também salas de aulas, aonde os alunos de Medicina iam freqüentar. Também os professores foram contratados com a autorização do ex-Governador. O vestibular foi feito em meados de 2002, os alunos entraram em sala de aula em fevereiro de 2003. Só que o tempo passou, e três meses depois o Governador Roberto Requião fechou o curso que estava em andamento. Sem conversar com ninguém ele tomou uma decisão alegando dois principais motivos: que o Governador anterior tinha utilizado de uma ação, num momento eleitoral e desta forma ele fez um estelionato eleitoral. E também alegou que o Governador anterior tentou fazer com que os ponta-grossenses pudessem de uma forma ou de outra, ver o curso de Medicina que tão esperado foi, pudessem ver esse curso em andamento.

Afinal de contas, nós nesse momento estamos aqui vendo um requerimento do Deputado Marcelo Rangel, no qual pede uma posição concreta e oficial do Governador do Estado do Paraná. E quero aqui dizer que este requerimento vai receber o nosso apoio porque queiramos ou não, o Governador num momento que toma a posição de anunciar a reabertura daquele curso que ele fechou, naturalmente ele está vendo que errou. Errou no momento que fechou aquele curso.

Sempre que se tem um documento por escrito temos a certeza de que vai acontecer. Mesmo que neste momento o Governador, lá na cidade de Ponta Grossa, anunciou a devolução desse curso, falando que será esse o melhor curso do estado do Paraná, assim esperamos, porque se não tivesse sido fechado, com certeza acadêmicos de Medicina no dia de hoje estariam trabalhando nas unidades de saúde e já no próximo ano estariam se formando médicos. E como médicos poderiam estar lá na cidade, ajudando os demais municípios do estado do Paraná.

Recebo o nosso apoio o seu requerimento, Deputado Marcelo Rangel, e o que vejo aqui é muita conversa da Bancada do Governo, que tenta justificar o erro que o Governador fez no momento em que tirou o curso. E o resultado disso foi uma grande derrota nas urnas, porque a população no município de Ponta Grossa não aceitou essa posição do Governador Roberto Requião.

Só para lembrar, ele fez 37% dos votos no município de Ponta Grossa e o outro candidato, o Senador Osmar Dias, fez 63%. Uma grande derrota e todos sabemos que foi por ter fechado esse curso. No dia de hoje ele está tendo uma posição de devolver esse tão esperado curso para a Universidade Estadual de Ponta Grossa. Isso mostra que ele pensou, analisou e viu que errou.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Obrigado a V. Exa.

Com a palavra o Deputado Nereu Moura, por cinco minutos.

**O SR. NEREU MOURA (PMDB)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Tenho procurado aqui nesta Casa mais ouvir do que falar e com isto tenho aprendido, porque evidentemente esta Casa possui grandes oradores, pessoas qualificadas, Parlamentares experientes que têm engrandecido o debate.

Não quero me arvorar aqui como professor ou dono da verdade, mas quero colocar a minha opinião em relação a esse assunto de Ponta Grossa. Aliás, Ponta Grossa tem sido um caso à parte nesta Casa. Tem-se debatido Ponta Grossa na âmbito da questão, com muita profundidade, e na verdade os Parlamentares de Ponta Grossa têm sabido, com muita propriedade, trazer para cá as questões que envolvem aquela cidade importante do Paraná.

Agora, Sr. Presidente, veja só, eu vi o requerimento do Deputado Marcelo Rangel e achei que o requerimento foi feito de forma muito agressiva, de forma grosseira, indevida, porque a esta Casa não cabe, Sr. Presidente, solicitar documento de compromisso por parte do Chefe do Poder Executivo.

Estamos aí entrando, na verdade, numa situação que beira a demagogia, porque nos cabe criticar, fiscalizar, cabe-nos fazer leis. Agora, não cabe a esta Casa exigir um compromisso escrito do Governador em relação a um propósito do Governo do Estado, em qualquer canto deste estado. E ninguém agiu com maior responsabilidade, Deputado amigo, Pastor Edson Praczyk, do que o Governador Requião em relação ao hospital, ao curso de Medicina de Ponta Grossa.

O Deputado Plauto subiu àquela tribuna e, em alto e bom tom, disse, deu a sentença: o Governador Requião perdeu a eleição em Ponta Grossa, com 37% dos votos, contra 63% dos votos do nosso oponente. Se o Governador Requião tivesse a mesma irresponsabilidade, a mesma maneira do Governo anterior, em 2005 ele teria reaberto o curso de Medicina, porque esta atitude daria a ele a condição de sair vitorioso das urnas em Ponta Grossa.

Assim como o Governador Lerner fez em 2002, quando tinha eleição para Governador e ali ele tentava ganhar as eleições em Ponta Grossa, autorizou o funcionamento do curso de Medicina, sem nenhum critério, sem nenhuma responsabilidade, sem hospital escola, sem as condições técnicas, e o Governador Requião, sabendo que esta decisão iria lhe causar, na verdade, um estrago político extraordinário, mesmo assim ele revogou aquela autorização, porque não poderia ele, com a autoridade de ser Governador do Paraná, permitir que se criasse uma escola que não fosse uma escola de alta qualidade, como todos nós queremos.

Por isso, é evidente que irei votar contra esse requerimento, porque ele não é um requerimento sério. Na verdade, é um requerimento agressivo e que tem um único objetivo: de criar, de fazer uma demagogia política em cima de um propósito sério do Governador Requião de criar o curso de Medicina em Ponta Grossa, mas com o hospital escola, com professores qualificados, com tudo aquilo que se exige para se ter um curso qualificado, que forme profissionais que estejam à altura dos interesses da população do Paraná e do Brasil.

Assim sendo, Sr. Presidente, concluo dizendo: tenho ficado a par das questões de Ponta Grossa, tenho ouvido aqui diariamente os debates envolvendo os destinos de Ponta Grossa formulados pelo Deputado Jocelito Canto, pelo Deputado Marcelo Rangel, pelo Deputado Plauto e pelo Deputado Péricles, quatro brilhantes Parlamentares que, eleitos pela região dos campos gerais aqui para esta Casa, trazem os problemas de lá, sobretudo de Ponta Grossa. Porém, não posso ficar calado diante de uma atitude como essa, diante de um requerimento como esse que não quer dizer nada, a não ser querer ganhar alguns pontos na mídia de Ponta Grossa para satisfazer seus eleitores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Péricles de Mello, por cinco minutos.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na verdade, às vezes se dá mais valor à imagem do que à realidade. Tudo que dissemos hoje é muito esse tipo. Aquilo que parece ser verdadeiro é mais real que a realidade. Isso traz esse tipo de problema.

Acho que não teria nenhum problema aprovarmos esse requerimento se tivesse uma outra forma, Deputado Marcelo. Acho que o senhor fazer um requerimento exigindo do Governador que assine um documento, assumindo um compromisso, é agressivo ao Governador, é uma coisa que não tem sentido. Acho que simplesmente podemos aprovar um requerimento perguntando ao Governador da abertura e ele vai responder o que disse hoje lá em Ponta Grossa. Não há problema, não é agressivo, eu não aprovo este requerimento pela forma.

Acho que o Governador Requião, ao assumir este compromisso que já vem de longa data, ele começou a instalar o curso quando liberou 17 milhões para construir o hospital regional, com o apoio dos Deputados da Bancada. Deputado Jocelito, quando foi anunciado o projeto do hospital, eu ainda solicitei para fazer junto a universidade com o Deputado Jocelito e convencemos o Governador porque ele queria o hospital no CEFET, a colocar na universidade, pensando no curso de Medicina.

É bom lembrar que o Prefeito de Ponta Grossa prometeu na campanha o hospital municipal, essa sim é uma promessa demagógica, porque a cidade não tem recurso para construir hospital municipal, este hospital é regional.

O Vice-Governador Orlando Pessuti esteve em Ponta Grossa articulando com o Reitor estudos para a reabertura do curso em meados do ano. O Governador simplesmente está concluindo um trabalho que já deu início na construção do hospital e nos estudos.

Ontem o Governador me ligou à noite perguntando se eu ia à inauguração da rodoviária e eu perguntei a ele duas coisas: sobre a reabertura do curso e ele disse que encaminhou à Secretária Lygia para fazer os últimos estudos e vai reabrir o curso em Ponta Grossa. Isso ele me disse ao telefone. Também disse que tinha vontade de comprar, por solicitação do Deputado Jocelito, o antigo Seminário do Verbo Divino. E hoje ele simplesmente falou isso, o Deputado Jocelito já tinha falado nesta Casa e nós sabíamos.

Não vejo sentido nenhum em polemizar um coisa que está resolvida. O Governador tem sido um grande Governador para a cidade, eu e o Deputado Jocelito, mesmo discordando de alguns assuntos com o Prefeito, nunca fomos ao Governador pedir para que alguma coisa não fosse feita. Por exemplo, a rodoviária, eu iniciei o processo de licitação da rodoviária, ia deixar todos os comerciantes lá, o atual Prefeito demoliu a rodoviária e tirou os comerciantes, mas em nenhum momento eu fui pedir ao Governador que não deixasse a rodoviária ser inaugurada. Discordo de gastar R\$ 6 milhões no ginásio de esportes quando a cidade tem 65% das ruas sem pavimentação, mas nunca fui pedir ao Governador que não liberasse. Quem é Prefeito, o povo elegeu, ele está encaminhando as solicitações e a Câmara aprovou.

Então, acho que não podemos aqui trabalhar por coisas falsas, por imagens que não são reais. O real é que o Governo vai abrir o curso de Medicina. Eu aprovaria com a maior tranquilidade o requerimento se tivesse outro teor, mas não um teor agressivo como esse ao Governador, exigindo um compromisso, sendo que o Governador, de viva voz, já assumiu um compromisso hoje na inauguração da rodoviária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado V. Exa.

Está em votação.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu ouvi os pronunciamentos dos Srs. Deputados, uns a favor, outros contra. Resolvi, mediante os pronunciamentos do Deputado Jocelito, do Deputado Romanelli e do Deputado Péricles, fazer um documento para retirar e fazer um acordo. Retiro o requerimento solicitando um documento oficial assinado pelo Governador Roberto Requião.

Sei que os Deputados já citados não têm força pela assinatura do Governador, mas aceito o comprometimento público do Sr. Luiz Claudio Romanelli, Líder do Governo, do Sr. Jocelito Canto e do Sr. Péricles de Mello, para assinatura desse comprometimento público de que o vestibular para o curso de Medicina aconteça ainda este ano. Aí vou ficar satisfeito e estarei muito feliz, porque pelo menos é um documento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O senhor retira o requerimento?

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Se houver o acordo por parte do Líder do Governo, que o vestibular vai acontecer ainda este ano, como foi falado aqui na Assembléia Legislativa, eu retiro com todo o prazer.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Pela ordem o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, o artigo 104 do Regimento Interno formula a seguinte questão de ordem para V. Exa. que o Deputado pode pedir pela ordem, mas desde que logo diga qual o artigo do Regimento Interno que está sendo prejudicado.

Por isso solicito a V. Exa. que o Regimento Interno desta Casa seja cumprido, a fim de que não se utilize do expediente pela ordem para fazer pronunciamentos sem base no Regimento Interno desta Casa.

Deputado Romanelli com a palavra.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero votar o requerimento para rejeitar esse requerimento desaforado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Atenção Srs. Deputados para a votação.

Os que são favoráveis ao requerimento deverão votar com a expressão SIM.

Os que forem contrários ao requerimento deverão votar com a expressão NÃO.

Dezoito Srs. Deputados NÃO.

Onze Srs. Deputados SIM.

Uma abstenção.

**Portanto, está rejeitado o requerimento.**

Pela ordem o Deputado Antonio Belinati e o Deputado Durval Amaral.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Pedir a V. Exa. um fortificante para a Bancada da Oposição, porque o negócio aqui parece que está enxugando cada vez mais, daqui a pouco não vamos mais enxergar voto da Oposição no painel.

O SR. DURVAL AMARAL (Partido Democratas)

Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero fazer um convite a todos os Parlamentares, também a assessoria dos Srs. Parlamentares desta Casa, porque por decisão da CCJ, requerimento aprovado naquela Comissão, vamos fazer um debate sobre a PEC nº 233 que trata da Proposta da Emenda Constitucional à Reforma Tributária, que tramita no Congresso Nacional. Vamos realizar este debate, este Seminário, na próxima segunda-feira, com início às 9h da manhã e vamos tratar de alguns pontos, por exemplo, o que realmente vai mudar com a reforma tributária, isto vai mexer no bolso do contribuinte? Quanto isto vai custar para a sociedade? E a questão que mais tenho me atido e questionado, debatido, se esta reforma tributária fere o pacto federativo.

Teremos a presença do Secretário de Estado da Fazenda, professor Dr. Heron Arzua, que vai tratar sob o aspecto da ótica da Receita Estadual, vamos ter a presença de um dos maiores constitucionalistas do Brasil, Dr. Clemerson Merlin Cleve, que vai falar sobre a agressão ao pacto federativo. Teremos um representante da OAB, que vai falar pela ótica da OAB, se isto fere ou não o pacto federativo. E vamos ter a presença de todos os Deputados, espero que a presença maciça dos Srs. Deputados, para que possamos nos posicionar e sensibilizar o Governo Federal, claro, da importância da Rosane Ferreira, sem entretanto usurpar a prerrogativa das Assembléias Legislativas de discutir, debater e votar as matérias referentes ao ICMS.

Então, segunda-feira, às 9h da manhã, no plenário ou no plenarinho da Assembléia Legislativa, debate sobre reforma tributária com todos os Parlamentares e estas autoridades já mencionadas.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Queria registrar, em rápidas palavras, a satisfação por ver esta iniciativa tomada pelo Presidente da CCJ, Deputado Durval Amaral. Entendo que a reforma tributária é um tema amplo. O Deputado Durval Amaral é um advogado tributarista que conhece profundamente a matéria. Acho que este debate vem em bom tempo e entendo que ele toma uma grande iniciativa e certamente esta Casa é engrandecida pela presidência que ele exerce na CCJ. Isto é fundamental e muito importante para que possamos debater.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Requerimento nº 1635, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1636 e 1637, de autoria dos Deputados Péricles de Mello, Jocelito Canto e Caíto Quintana, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1638, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1639, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1641, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1644 e 1645, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1646, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1647, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1642, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (**Pela Ordem**)

Gostaria de solicitar à Mesa para que consultasse a assessoria e me informasse semana que vem, segunda-feira, nós aprovamos no dia 15 de abril um requerimento requerendo informação com relação à precatória compensados, junto à Secretaria da Fazenda. Este requerimento foi formulado no dia 15 de abril e enviado ofício no dia 16 de abril, o número do Ofício é 709, da Assembleia Legislativa, e até o presente momento não recebemos a resposta, uma vez que o Governo tem 30 dias para responder os requerimentos pedindo informações.

Passou-se mais de 60 dias. Estou fazendo esta cobrança à Mesa, para que tome as providências cabíveis ao caso.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Procede a cobrança de V. Exa. Vamos solicitar à assessoria que tome as providências necessárias para que V. Exa. possa ter a resposta solicitada.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte:

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 142, 244 e 246/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 029, 061 e 210/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 778, 533/07 e 168/08.

Levanta-se a Sessão.

